



Resultados 3T23

04 de setembro de 2024



Springs Global: Receita líquida de R\$ 165,5 milhões no 3T23

São Paulo, 04 de setembro de 2024 - A Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial (Springs Global), empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, apresentou receita líquida de R\$ 165,5 milhões no terceiro trimestre de 2023 (3T23), com margem bruta de 3,8%.

Os principais destaques do 3T23 foram:

Receita líquida: R\$ 165,5 milhões, - 44,2% em relação ao terceiro trimestre de 2023 (3T22)

Receita *sell-out*^(b) do Varejo: R\$ 154,8 milhões, -5,0% entre anos, com aumento de 7,6% da receita *sell-out* das lojas físicas

Lucro bruto: R\$ 6,3 milhões, com margem bruta de 3,8%, com redução de 2,7 p.p. em relação ao 3T22

Receita líquida do Atacado: R\$ 80,7 milhões, com redução de 5,5% entre trimestres

Provisão adicional para reestruturação: R\$ 4,8 milhões

Provisão para reestruturação com saldo a pagar de R\$ 22,1 milhões em 30 de setembro de 2023, resultante de acordo com os sindicatos dos trabalhadores, nos meses de julho e outubro de 2023, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento.

Resultado operacional: - R\$ 88,7 milhões, em linha com o do mesmo trimestre do ano anterior

Pedido de recuperação judicial realizado em maio de 2024, com aprovação em julho de 2024

EBITDA ajustado^{(a),1}: - R\$ 61,3 milhões, versus - R\$ 64,6 milhões no 3T22

¹ Ver reconciliação na tabela 4

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).



Desempenho Consolidado



Recuperação Judicial

Em 7 de maio de 2024, a Springs Global e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial (Coteminas) e outras empresas do Grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta Ammo Varejo S.A. – em Recuperação Judicial (AMMO) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada Coteminas e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada Coteminas, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executidas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia, de forma consolidada, incluídos no pedido de recuperação judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	R\$ milhões
Trabalhista	106,1
Garantia Real	379,1
Quirografário	344,7
ME e EPP	8,5
Não sujeito	597,7
Fiscal	410,5

	1.846,7
	=====

Com a concessão do pedido formulado a Companhia e suas controladas entendem que conseguirão a restruturação financeira e de todas as empresas do Grupo.

Eventos subsequentes

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 28. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Financeiras relativas a 30 de setembro de 2023

Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada Coteminas firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada Coteminas a ter 4.272 funcionários no Brasil.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada Coteminas incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$ 81,7 foram incluídos na recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2023, estão provisionados R\$ 22,1 milhões na rubrica "Provisão para reestruturação" no passivo circulante que era o valor correspondente aos 1.709 funcionários.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após setembro de 2023 até maio de 2024, a controlada Coteminas complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 65,3 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada Coteminas com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em "Propriedades para Investimento".

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$ 510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$ 274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 25 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos immobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$ 2,4 milhões e R\$ 4,6 milhões, respectivamente, já reconhecidas nestas informações trimestrais (9M23).

Repactuação de empréstimos e financiamentos

As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023.

Entre dezembro de 2023 e junho de 2024, a controlada Coteminas repactou dívidas no montante (i) de R\$ 20,7 milhões com Banco ABC, (ii) de R\$ 499,7 milhões com Banco do Brasil, (iii) de R\$ 3,6 milhões com Banco Safra, (iv) de R\$ 23,8 milhões com Banco Daycoval, e (v) de R\$ 21,6 milhões com Banco Fibra.

Em março de 2024, a controlada Coteminas entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$ 11,3 milhões, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$ 19,1 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Adicionalmente, entregou imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco Sofisa no valor de R\$ 27,9 milhões. Nesta operação houve um ganho de R\$ 25,8 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em março de 2024, a controladora Companhia Tecidos Norte de Minas – em Recuperação Judicial (CTNM) realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$ 22,0 milhões, a ser realizado da seguinte forma: (i) Justiça do Trabalho de Blumenau (R\$ 11,3 milhões); (ii) Banco Bradesco (R\$ 2,0 milhões); e (iii) Coteminas (R\$ 8,8 milhões).

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 21,6 milhões em empréstimos da controlada Coteminas).

Debêntures AMMO



Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada Coteminas notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO e a controlada Coteminas, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente exlusão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada Coteminas, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada Coteminas juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$ 3,75 milhões até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$ 34,5 milhões até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures.

Venda imóvel Vinhedo

Em Outubro de 2023, a controladora CTNM alienou o imóvel de Vinhedo, que funciona com escritório e centro de distribuição da AMMO, para a controlada Coteminas, pelo valor justo contabilizado de R\$ 63,8 milhões, através de saldos de mútuos entre as empresas.

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 165,5 milhões no 3T23, 44,2% inferior à do 3T22 e estável entre trimestres.

A linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) foi responsável por 47% da receita no 3T23, e produtos intermediários^(d) por 2%. A receita do Varejo contribuiu com 51% da receita total no 3T23.

A receita de Cameba foi de R\$ 77,9 milhões no 3T23, 54,1% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a receita de produtos intermediários somou R\$ 2,7 milhões no 3T23, com redução de 93,3% entre anos.

A receita líquida de varejo somou R\$ 84,9 milhões, estável entre anos. A receita *sell-out* do varejo totalizou R\$ 154,8 milhões no 3T23, com redução de 5,0% entre anos, com a redução de 57,5% na receita *sell-out* do e-commerce compensada pela ampliação de 7,6% na receita *sell-out* das lojas físicas.

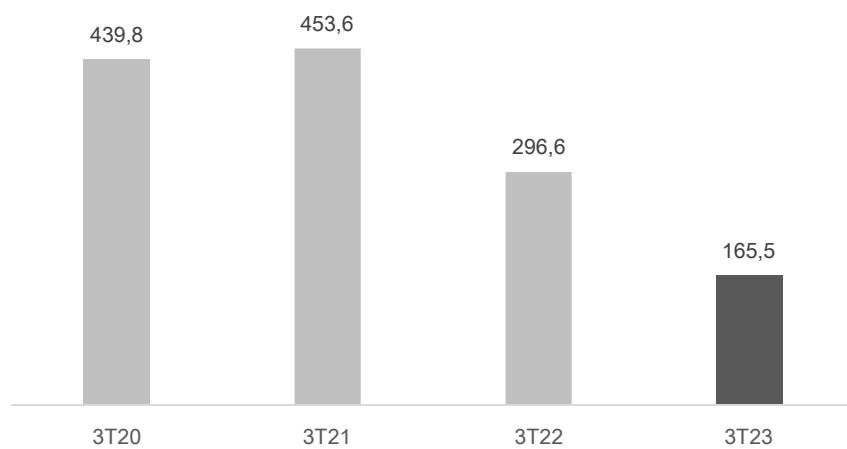


Gráfico 1 – Receita líquida, em R\$ milhões

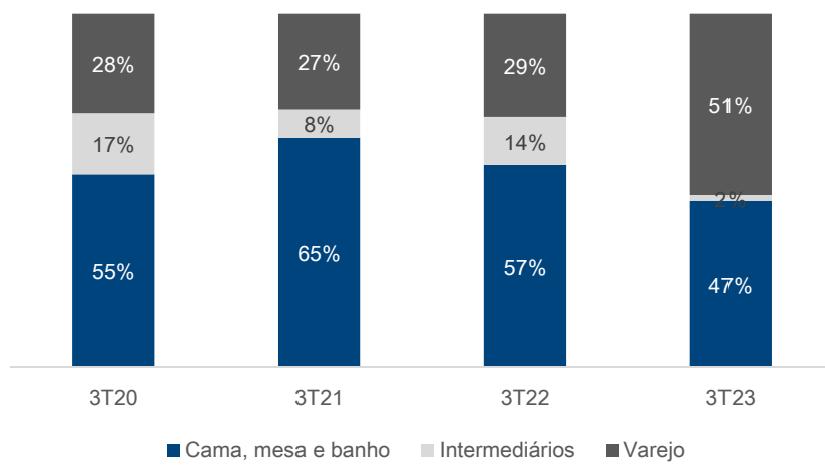


Gráfico 2 – Distribuição da receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 106,1 milhões no 3T23, com redução de 54,5% em relação ao mesmo período de 2022, em função principalmente do menor volume de vendas e da classificação de parte do custo de conversão como custo de ociosidade, representando 64,1% da receita líquida, ante 78,5% no 3T22 reclassificado.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e avaiamentos, totalizaram custos de R\$ 24,3 milhões no 3T23, denominados custos de materiais, com decréscimo de 83,1% entre anos, devido, principalmente, ao menor volume de vendas.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão de obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 67,6 milhões no 3T23, com redução de 8,6% entre anos, uma vez que parte do custo de conversão foi classificado como custo de ociosidade, devido às paradas programadas em algumas unidades fabris. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção e, portanto, não são considerados no custo de produtos acabados, contabilizados nos “estoques”, e, consequentemente, sem impacto nos resultados futuros da Companhia.

O custo de ociosidade e outros somou R\$ 53,1 milhões no 3T23, *versus* R\$ 44,4 milhões no 3T22 e R\$ 54,0 milhões no 2T23.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 14,2 milhões no 3T23, com redução de 8,4% entre anos.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 47,1 milhões no 3T23, com redução de 28,5% entre anos, representando 28,4% da receita líquida, ante 22,2% no 3T22. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 34,3 milhões no 3T23, com redução de 15,5% entre anos, sendo equivalentes a 20,7% da receita líquida, *versus* 13,7% no mesmo período do ano anterior.

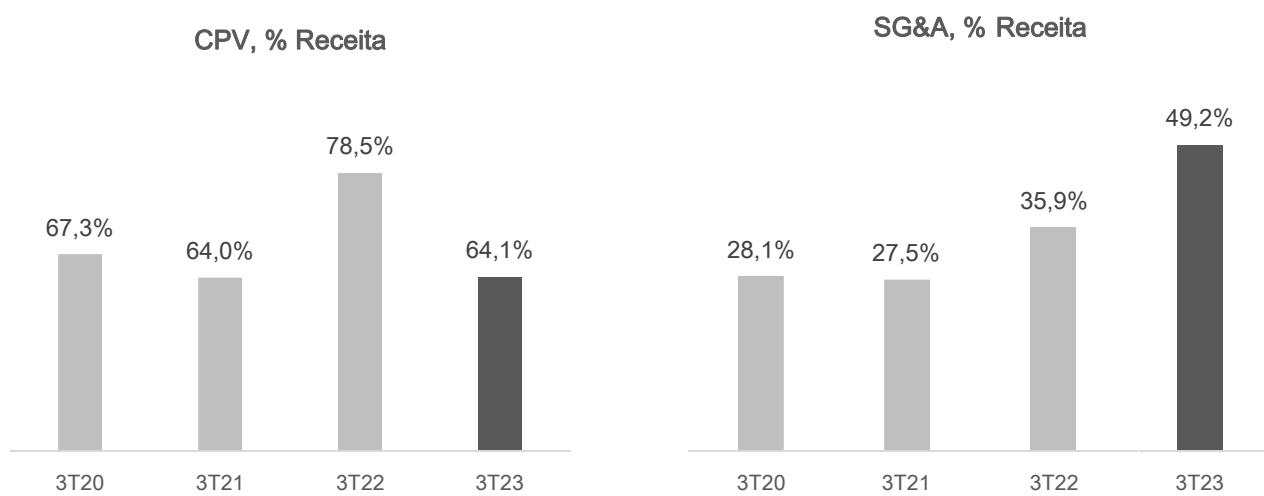


Gráfico 3 – CPV e SG&A, como % receita líquida

Outras, líquidas

“Outras, líquidas” incluem, entre outros, a variação do valor justo das propriedades para investimento e os custos legados que permaneceram na Springs Global US, que englobam despesas com *leasing* financeiro, planos de aposentadoria e benefícios.

“Outras, líquidas” foram despesa líquida de R\$ 8,9 milhões no 3T23, ante despesa líquida de R\$ 1,3 milhão no 3T22.

A Springs Global US teve resultado negativo de R\$ 9,8 milhões no 3T23, *versus* valor negativo de R\$ 3,6 milhões no 3T22, antes de impostos.

Propriedades para investimento

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 2,9 milhões no 3T23, ante R\$ 2,9 milhões no 3T22, oriundas do *Power Center*.

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 524,0 milhões e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante; (iii) os imóveis de Montes Claros; e (iv) imóvel de Acreúna.

Indicadores financeiros

O lucro bruto foi R\$ 6,3 milhões no 3T23, com margem bruta de 3,8%, com redução de 2,7 p.p. entre anos.

O resultado operacional foi negativo R\$ 88,7 milhões no 3T23, com redução de R\$ 0,2 milhão entre anos, devido (i) à redução de R\$ 13,0 milhões do lucro bruto; (ii) ao aumento de R\$ 7,6 milhões de outras despesas, líquida; (iii) à provisão adicional para reestruturação de R\$ 4,8 milhões, parcialmente compensada pela (iv) redução de R\$ 25,1 milhões das despesas de SG&A.

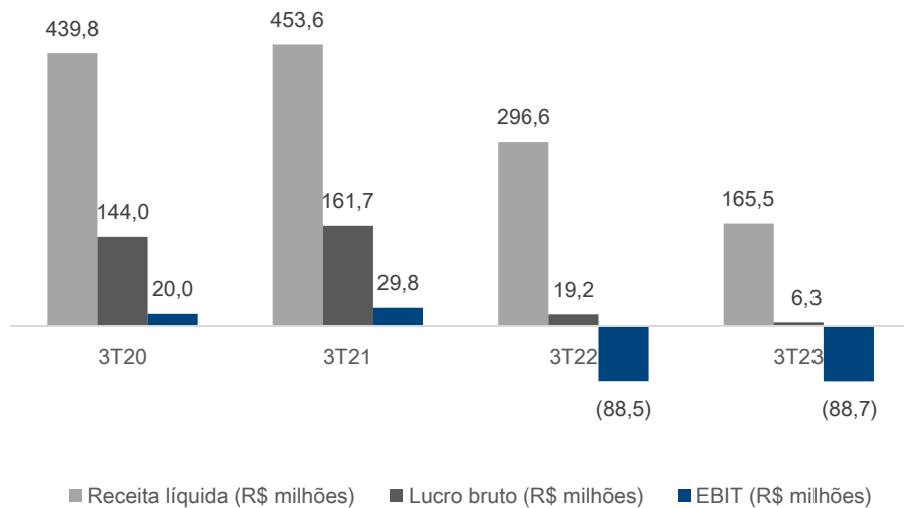


Gráfico 4 – Indicadores financeiros, em R\$ milhões

O EBITDA ajustado foi negativo R\$ 61,3 milhões no 3T23, versus negativo R\$ 64,6 milhões no 3T22. A margem EBITDA ajustado foi de -37,1%, versus -21,8% no 3T22.

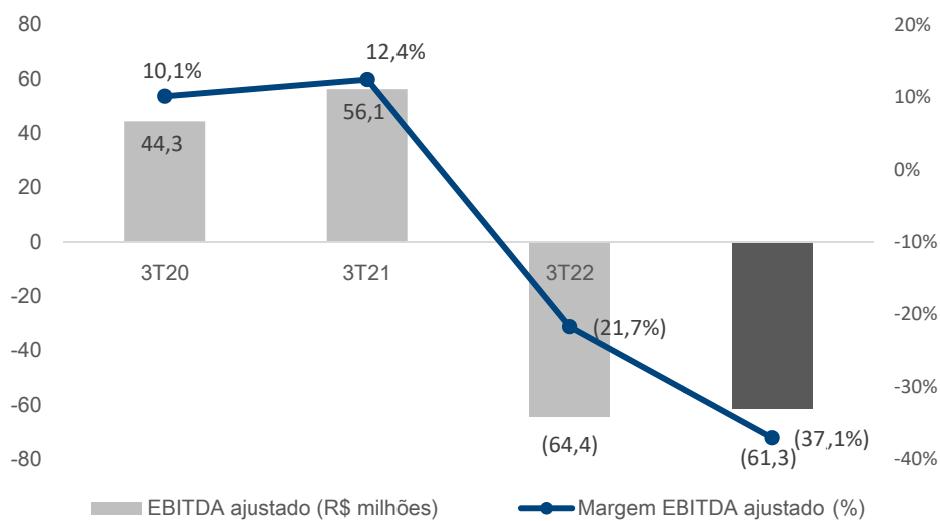


Gráfico 5 – EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

Os investimentos de capital somaram R\$ 1,9 milhão no 3T23, versus R\$ 2,5 milhões no 3T22.

As necessidades de capital de giro totalizaram R\$ 152,7 milhões no final do 3T23, 70,0%, ou R\$ 363,7 milhões, inferior entre anos, devido principalmente à redução de estoques (R\$ 191,3 milhões) e de duplicatas a receber (R\$ 129,2 milhões).

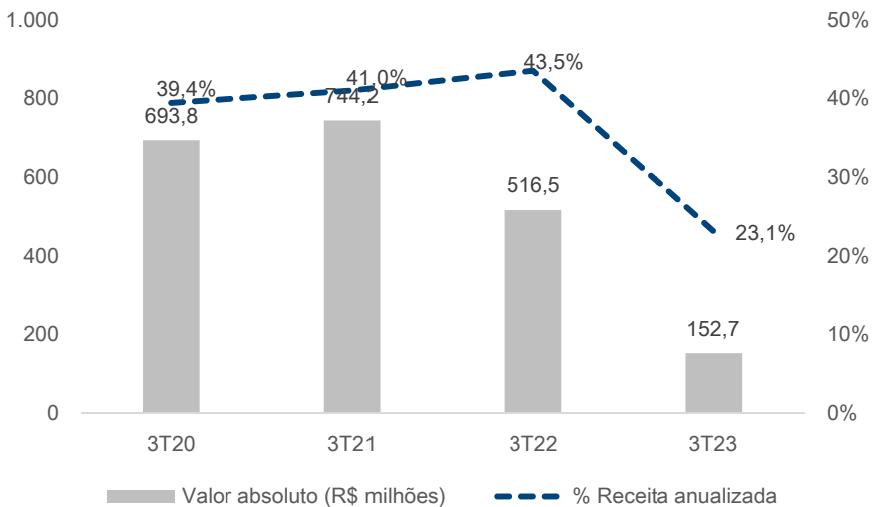


Gráfico 6 – Capital de giro, no final do período

Nossa posição de dívida líquida ajustada^(e) era de R\$ 776,9 milhões em 30 de setembro de 2023, ante R\$ 692,4 milhões em 30 de junho de 2023. Fizemos amortizações de R\$ 25,3 milhões, e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 37,4 milhões no 3T23.

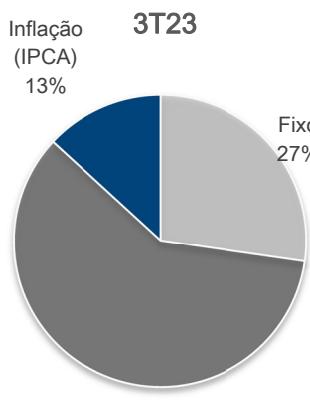


Gráfico 7 – Dívida Bruta por indexador

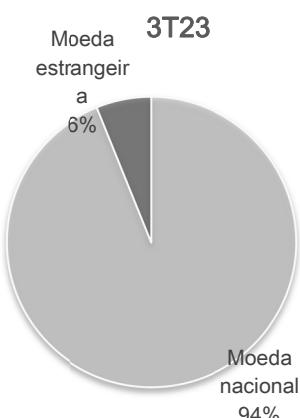


Gráfico 8 – Dívida Bruta por moeda

Em 30 de junho de 2023, diante do risco de não cumprimento de certos índices financeiros relativos às debêntures da controlada Coteminas, as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 129,8 milhões, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2023, diante de obrigação (“covenant”) não cumprida, a controlada AMMO, apresentou as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 208,0 milhões, no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada AMMO está adimplente com suas obrigações contratuais.

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 85,3 milhões no 3T23, permanecendo estável entre anos. Tivemos prejuízo de R\$ 173,8 milhões no 3T23.



Desempenho por Segmento de Negócio



Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 80,7 milhões no 3T23, com redução de 61,6% entre anos e com redução de 5,5% entre trimestres.

O CPV totalizou R\$ 62,5 milhões no 3T23, com redução de 66,6% entre anos, em função, principalmente, do menor volume de vendas e da classificação de parte do custo de conversão como custo de ociosidade.

Houve redução das operações, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade e outros igual a R\$ 53,1 milhões, *versus* R\$ 44,4 milhões no 3T22 e R\$ 54,0 milhões no 2T23.

O prejuízo bruto foi de R\$ 34,9 milhões, com margem bruta de -43,2%, *versus* -10,3% no 3T22. As despesas de SG&A somaram R\$ 25,0 milhões, com redução de 49,0% entre anos.

O EBITDA ajustado foi negativo R\$ 48,0 milhões no 3T23, *versus* - R\$ 56,1 milhões no 3T22. Margem EBITDA ajustado foi igual a -59,5% no 3T23, *versus* -26,7% no 3T22.

Varejo

A receita *sell-out* (GMV) totalizou R\$ 154,8 milhões no 3T23, com redução de 5,0% entre anos. A receita de lojas físicas (GMV) totalizou R\$ 141,4 milhões, com aumento de 7,6% entre anos.

A receita do *e-commerce* (GMV) somou R\$ 13,4 milhões, representando 9% da receita *sell-out* (GMV) do Varejo, *versus* 12% no 3T22, com redução de 57,5% entre anos.

No final do 3T23, tínhamos 254 lojas, das quais 77 próprias e 177 franquias, ante 246 lojas no 3T22.

A receita líquida somou R\$ 84,9 milhões, permanecendo estável entre anos.

O CPV totalizou R\$ 43,6 milhões no 3T23, com redução de 4,6% entre anos, devido ao menor volume de vendas.

As despesas de SG&A somaram R\$ 52,9 milhões, permanecendo estável entre anos.

O EBITDA foi igual a R\$ 4,9 milhões negativo no 3T23, *versus* R\$ 5,6 milhões negativos no 3T22. A margem EBITDA foi de -5,8%, *versus* -6,5% no 3T22.

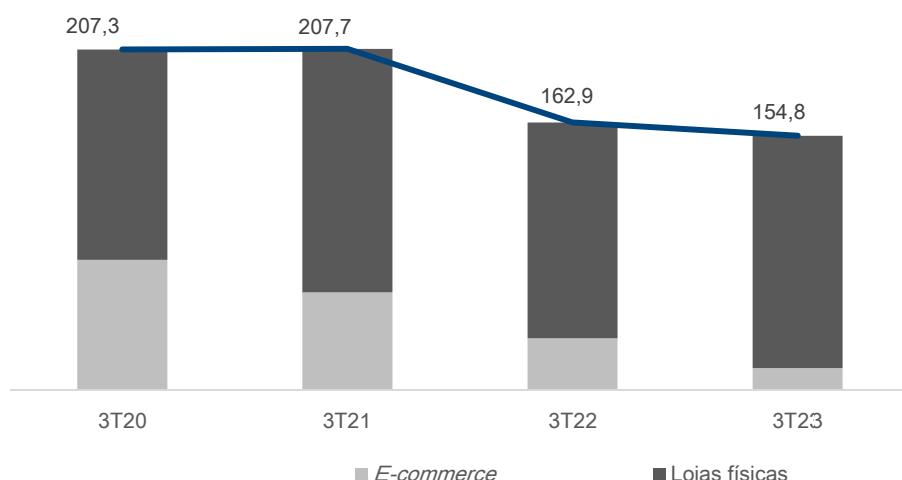


Gráfico 9 – Receita *sell-out* do varejo, em R\$ milhões

Desempenho da ação

As ações da Springs Global, negociadas na B3 sob o código SGPS3, apresentaram desvalorização de 50,5% no 3T23, com desempenho inferior ao do Ibovespa e ao do Índice Small Cap no mesmo período. A Springs Global tinha valor de mercado (market cap) de R\$ 78,0 milhões, com preço da ação igual a R\$ 1,56, em 30 de setembro de 2023.

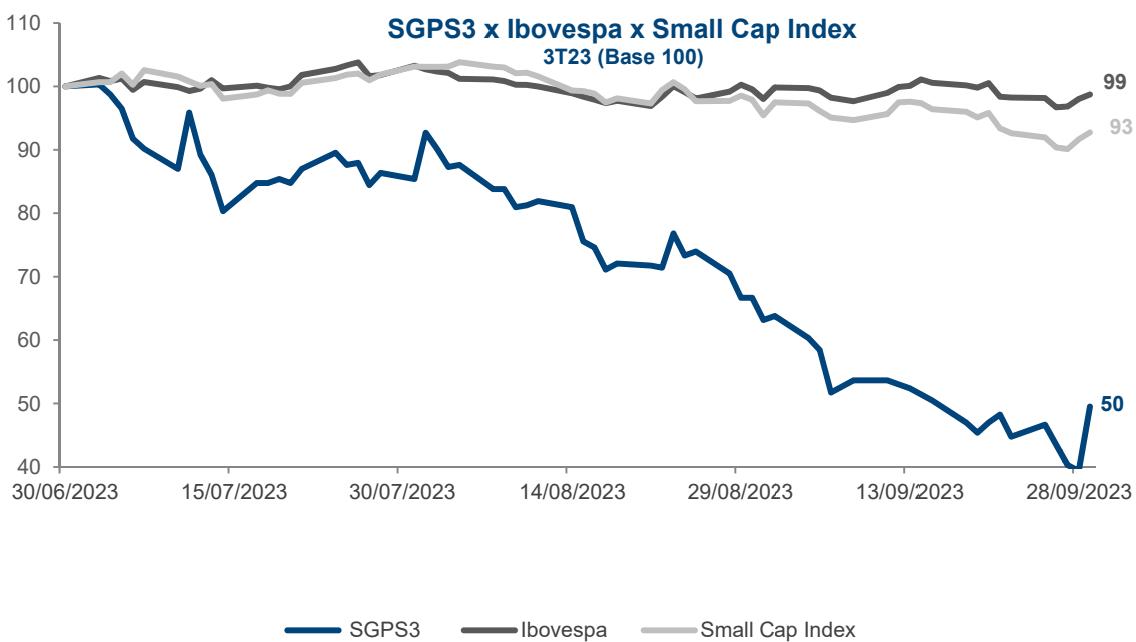
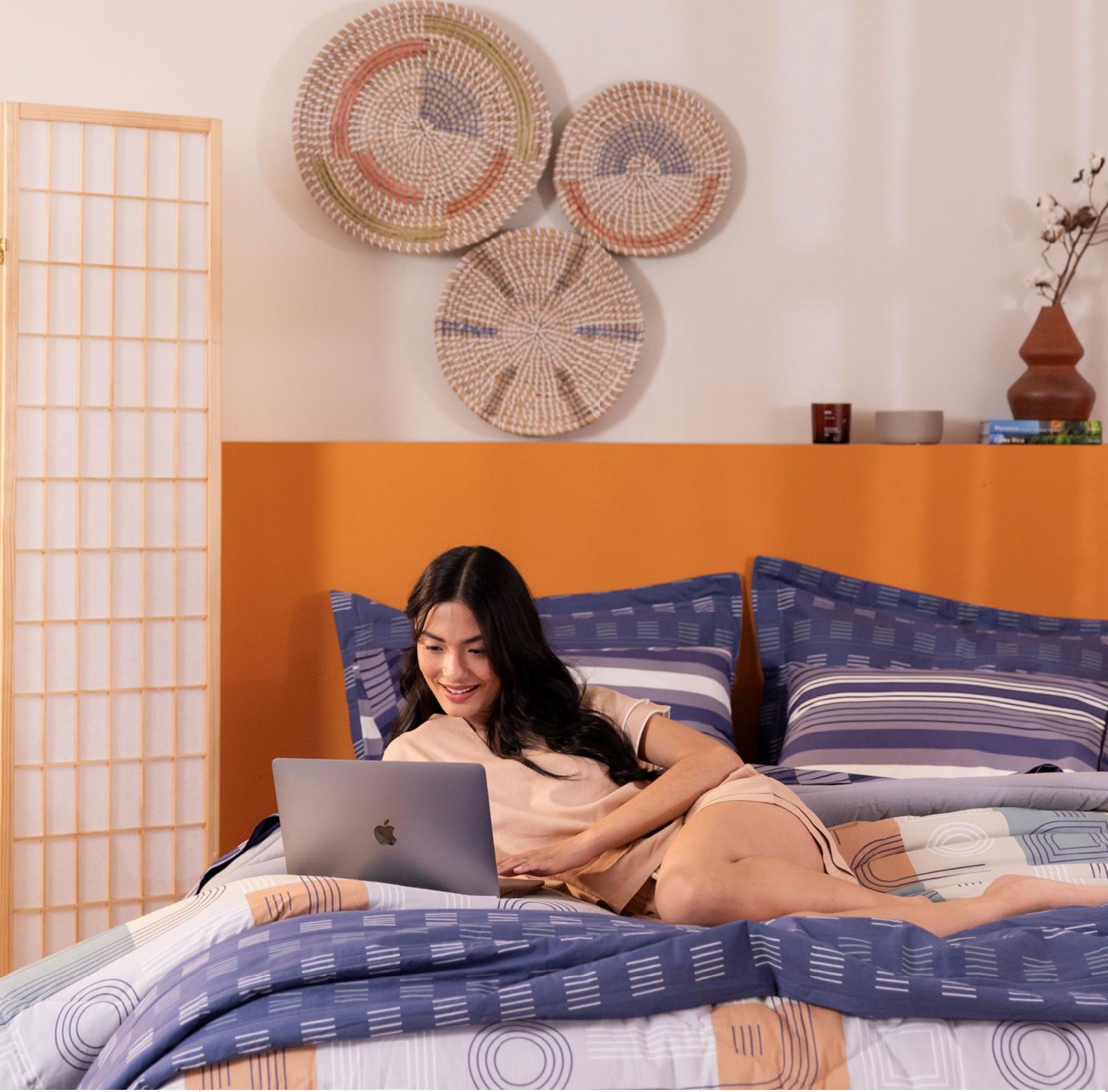


Gráfico 10 – Desempenho da ação SGPS3



Indicadores financeiros

Tabelas

Tabela 1 – Receita líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	3T23	%	3T22	%	(A)/(B)	9M23	%	9M22	%	(C)/(D)
	(A)		(A)			(C)		(D)		
Atacado	80,7	49%	210,0	71%	(61,6%)	246,8	49%	721,4	72%	(65,8%)
Varejo	84,8	51%	86,6	29%	(2,1%)	258,2	51%	273,8	28%	(5,7%)
Receita líquida total	165,5	100%	296,6	100%	(44,2%)	505,0	100%	995,2	100%	(49,3%)

Tabela 2 – Receita líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton)			Preço médio (R\$/Kg)		
	3T23	3T22	(A)/(B)	3T23	3T22	(C)/(D)	3T23	3T22	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	77,9	169,8	(54,1%)	1.202	3.194	(62,4%)	64,8	53,2	21,9%
Produtos intermediários	2,7	40,3	(93,3%)	481	2.469	(80,5%)	5,6	16,3	(65,6%)
Varejo	84,9	86,6	(2,0%)						
Total	165,5	296,6	(44,2%)	1.683	5.663	(70,3%)	98,3	52,4	87,7%

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton)			Preço médio (R\$/Kg)		
	9M23	9M22	(A)/(B)	9M23	9M23	(C)/(D)	9M23	9M23	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	237,6	561,4	(57,7%)	3.878	3.878	0,0%	61,3	61,3	0,0%
Produtos intermediários	9,2	160,1	(94,3%)	1.139	1.139	0,0%	8,1	8,1	0,0%
Varejo	258,2	273,8	(5,7%)						
Total	505,0	995,2	(49,3%)	5.017	5.017	0,0%	100,7	100,7	0,0%

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV) e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) por natureza

Em R\$ milhões	3T23	%	3T22	%	(A)/(B)	9M23	%	9M22	%	(C)/(D)
	(A)		(B)			(C)		(D)		
Materiais	24,3	22,9%	143,4	61,6%	(83,1%)	115,9	36,4%	419,0	58,3%	(72,3%)
Custo de conversão e Outros	67,6	63,8%	74,0	31,8%	(8,6%)	160,4	50,4%	253,1	35,2%	(36,6%)
Depreciação	14,2	13,4%	15,5	6,7%	(8,4%)	41,9	13,2%	46,7	6,5%	(10,3%)
CPV	106,1	100,0%	232,9	100,0%	(54,5%)	318,2	100,0%	718,8	100,0%	(55,7%)
CPV, % Receita	64,1%		78,5%		(14,4 p.p.)	63,0%		72,2%		(9,2 p.p.)
Custo de ociosidade e outros	53,1		44,4		19,5%	178,9		76,6		133,4%
Despesas de vendas	47,1	57,8%	65,8	61,9%	(28,5%)	180,7	62,9%	228,5	67,0%	(20,9%)
Despesas gerais e administrativas	34,3	42,2%	40,6	38,1%	(15,5%)	106,5	37,1%	112,3	33,0%	(5,2%)
SG&A	81,3	100,0%	106,4	100,0%	(23,6%)	287,2	100,0%	340,8	100,0%	(15,7%)
SG&A, % Receita	49,2%		35,9%		13,3 p.p.	56,9%		34,2%		22,6 p.p.

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA

Em R\$ milhões	3T23	3T22	(A)/(B)	9M23	9M22	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Lucro (prejuízo) líquido	(173,8)	(175,4)	n.a.	(841,1)	(400,8)	n.a.
(+) Imposto de renda e contribuição social operação	(0,2)	1,0	n.a.	15,1	1,2	n.a.
(+) Resultado financeiro operação	85,3	85,9	(0,7%)	265,3	260,2	1,9%
(+) Depreciação e amortização	22,6	24,0	(6,2%)	70,2	73,6	(4,6%)
EBITDA	(66,2)	(64,4)	n.a.	(490,5)	(65,7)	n.a.
(-) Resultado de venda de ativo	-	-	n.a.	20,8	0,0	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	0,1	-	n.a.	16,3	11,4	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	-	-	n.a.	135,3	-	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	4,8	-	n.a.	47,7	-	n.a.
EBITDA ajustado	(61,3)	(64,4)	n.a.	(270,4)	(54,3)	n.a.

Tabela 5 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Em R\$ milhões	3T23	3T22	(A)/(B)	9M23	9M22	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Atacado	(52,7)	(56,1)	n.a.	(350,9)	(62,1)	n.a.
Varejo	(4,9)	(5,6)	n.a.	(19,0)	4,4	n.a.
Despesas não alocáveis	(8,6)	(2,7)	n.a.	(120,7)	(8,0)	n.a.
EBITDA	(66,2)	(64,4)	n.a.	(490,5)	(65,7)	n.a.
EBITDA ajustado	(61,3)	(64,4)	n.a.	(270,4)	(54,3)	n.a.
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>(40,0%)</i>	<i>(21,7%)</i>	<i>(1,4 p.p.)</i>	<i>(97,1%)</i>	<i>(6,6%)</i>	<i>(90,5 p.p.)</i>
<i>Margem EBITDA ajustado %</i>	<i>(37,1%)</i>	<i>(21,7%)</i>	<i>(15,3 p.p.)</i>	<i>(53,6%)</i>	<i>(5,5%)</i>	<i>(48,1 p.p.)</i>

Tabela 6 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	3T23	3T22	(A)/(B)	9M23	9M22	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Receitas financeiras	19,9	24,1	(17,4%)	62,4	52,3	19,3%
Despesas financeiras - juros e encargos	(69,2)	(65,3)	5,9%	(225,5)	(191,7)	17,6%
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(26,1)	(28,3)	(7,8%)	(84,6)	(94,1)	(10,1%)
Juros sobre arrendamentos	(2,1)	(2,4)	(10,9%)	(7,0)	(8,7)	(20,1%)
Resultado financeiro, ex-variação cambial	(77,4)	(71,9)	7,8%	(254,6)	(242,2)	5,1%
Variações cambiais líquidas	(7,8)	(14,0)	(44,2%)	(10,6)	(18,0)	(40,9%)
Resultado financeiro	(85,3)	(85,9)	(0,7%)	(265,3)	(260,2)	1,9%

Tabela 7 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Duplicatas a receber	131,3	134,3	260,5	(2,3%)	(49,6%)
Estoques	265,0	299,3	456,2	(11,5%)	(41,9%)
Adiantamento a fornecedores	29,6	27,5	49,0	7,8%	(39,5%)
Fornecedores	(273,1)	(259,1)	(249,2)	5,4%	9,6%
Capital de giro	152,7	202,0	516,5	(24,4%)	(70,4%)

Tabela 8 – Endividamento

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Empréstimos e financiamentos	738,0	698,3	726,8	5,7%	1,5%
- Moeda nacional	668,9	631,2	646,4	6,0%	3,5%
- Moeda estrangeira	69,1	67,1	80,4	3,1%	(14,0%)
Debêntures	364,5	356,1	333,6	2,4%	9,2%
Dívida bruta	1.102,5	1.054,4	1.060,4	4,6%	4,0%
Caixa e títulos e valores mobiliários	(105,8)	(154,0)	(269,4)	(31,3%)	(60,7%)
Dívida líquida	996,7	900,4	791,0	10,7%	26,0%
Debênture conversível	(219,8)	(208,0)	(175,8)	5,7%	25,0%
Dívida líquida ajustada	776,9	692,4	615,2	12,2%	26,3%

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Receita líquida	80,7	85,4	210,0	(5,5%)	(61,6%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(62,5)	(57,7)	(187,2)	8,3%	(66,6%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(53,1)	(54,0)	(44,4)	(1,6%)	19,5%
Lucro (prejuízo) bruto	(34,9)	(26,3)	(21,7)	n.a.	n.a.
<i>Margem Bruta %</i>	<i>(43,2%)</i>	<i>(30,8%)</i>	<i>(10,3%)</i>	<i>(12,5 p.p.)</i>	<i>(32,9 p.p.)</i>
(-) Despesas de SG&A	(25,0)	(48,6)	(49,0)	(48,6%)	(49,0%)
(-) Provisão para reestruturação	(4,8)	(42,9)	-	n.a.	n.a.
(+/-) Outros	(3,3)	(90,2)	(1,9)	(96,3%)	n.a.
Resultado Operacional	(67,9)	(208,0)	(72,6)	n.a.	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	15,2	14,7	16,5	3,4%	(7,9%)
EBITDA	(52,7)	(193,3)	(56,1)	n.a.	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	0,0	14,2	-	n.a.	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	-	114,5	-	n.a.	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	4,8	42,9	-	n.a.	n.a.
EBITDA ajustado	(48,0)	(21,7)	(56,1)	n.a.	n.a.
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(65,4%)</i>	<i>(226,3%)</i>	<i>(26,7%)</i>	<i>161,0 p.p.</i>	<i>(38,7 p.p.)</i>
<i>Margem EBITDA ajustado%</i>	<i>(59,5%)</i>	<i>(25,4%)</i>	<i>(26,7%)</i>	<i>(34,1 p.p.)</i>	<i>(32,8 p.p.)</i>

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado (continuação)

Em R\$ milhões	9M23	9M22	(A)/(B)
	(A)	(B)	%
Receita líquida	246,8	721,4	(65,8%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(190,9)	(578,4)	(67,0%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(178,9)	(76,6)	133,6%
Lucro (prejuízo) bruto	(123,0)	66,4	n.a.
<i>Margem Bruta %</i>	(49,8%)	9,2%	(59,0 p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(109,6)	(175,0)	(37,4%)
(-) Provisão para reestruturação	(47,7)	-	n.a.
(+/-) Outros	(115,3)	(2,5)	n.a.
Resultado Operacional	(395,6)	(111,1)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	44,7	49,0	(8,8%)
EBITDA	(350,9)	(62,1)	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	12,4	11,4	9,1%
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	128,4	-	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	47,7	-	n.a.
EBITDA ajustado	(162,4)	(50,7)	n.a.
<i>Margem EBITDA%</i>	(142,2%)	(8,6%)	(133,6 p.p.)
<i>Margem EBITDA ajustado%</i>	(65,8%)	(7,0%)	(58,8 p.p.)

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Receita líquida	84,8	82,8	86,6	2,4%	(2,1%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(43,6)	(39,7)	(45,7)	9,8%	(4,6%)
Lucro bruto	41,2	43,1	40,9	(4,4%)	0,7%
<i>Margem Bruta %</i>	48,6%	52,1%	47,2%	(3,5 p.p.)	1,4 p.p.
(-) Despesas de SG&A	(52,9)	(60,2)	(53,0)	(12,1%)	(0,2%)
(+/-) Outros	0,3	(6,3)	0,1	n.a.	200,0%
Resultado Operacional	(11,4)	(23,4)	(12,0)	n.a.	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	6,5	7,8	6,4	(16,7%)	1,6%
EBITDA	(4,9)	(15,6)	(5,6)	n.a.	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	0,1	2,1	-	n.a.	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	-	-	-	n.a.	n.a.
EBITDA ajustado	(4,8)	(13,5)	(5,6)	n.a.	(14,1%)
<i>Margem EBITDA%</i>	(5,8%)	(18,8%)	(6,5%)	13,1 p.p.	0,7 p.p.
<i>Margem EBITDA ajustado%</i>	(5,7%)	(16,3%)	(6,5%)	10,7 p.p.	0,8 p.p.
Número de lojas	254	250	246	1,6%	3,3%
Própria Mmartan e Casa Moysés	37	35	31	5,7%	19,4%
Franquia MMartan	113	115	120	(1,7%)	(5,8%)
Própria Artex	40	40	35	0,0%	14,3%
Franquia Artex	64	60	60	6,7%	6,7%
Receita bruta <i>sell out</i>	154,8	159,7	162,9	(3,1%)	(5,0%)
Lojas físicas	141,4	140,7	131,4	0,5%	7,6%
<i>E-commerce</i>	13,4	19,0	31,5	(29,8%)	(57,5%)
Participação e-commerce (%)	8,6%	11,9%	19,3%	(3,3 p.p.)	(10,7 p.p.)

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo (continuação)

Em R\$ milhões	9M23	9M22	(A)/(B)
	(A)	(B)	%
Receita líquida	258,2	273,8	(5,7%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(127,3)	(140,4)	(9,3%)
Lucro bruto	130,9	133,4	(1,9%)
<i>Margem Bruta %</i>	<i>50,7%</i>	<i>48,7%</i>	<i>2,0 p.p.</i>
(-) Despesas de SG&A	(166,3)	(152,6)	9,0%
(+/-) Outros	(6,1)	2,5	(344,0%)
Resultado Operacional	(41,5)	(16,7)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	22,5	21,1	6,6%
EBITDA	(19,0)	4,4	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3,9	-	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	6,9	-	n.a.
EBITDA ajustado	(19,0)	4,4	(531,8%)
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(7,4%)</i>	<i>1,6%</i>	<i>(9,0 p.p.)</i>
<i>Margem EBITDA ajustado%</i>	<i>(7,4%)</i>	<i>1,6%</i>	<i>(9,0 p.p.)</i>
Número de lojas	254	246	3,3%
Própria Mmartan e Casa Moysés	37	31	19,4%
Franquia MMartan	113	120	(5,8%)
Própria Artex	40	35	14,3%
Franquia Artex	64	60	6,7%
Receita bruta <i>sell out</i>	482,4	503,1	(4,1%)
<i>Lojas físicas</i>	424,4	390,7	8,6%
<i>E-commerce</i>	57,9	112,4	(48,5%)
Participação e-commerce (%)	12,0%	22,3%	(10,3 p.p.)



Glossário

- (a) EBITDA – O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM no 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (b) Receita *sell-out* – Receita do canal de vendas para o consumidor final.
- (c) Produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – incluem lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.
- (d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.
- (e) Dívida líquida ajustada – dívida bruta menos disponibilidades financeiras menos saldo da debênture conversível em ações de emissão da controlada indireta AMMO.



Balanço Patrimonial

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22
Ativo			
Ativo circulante	586,1	673,8	1.119,7
Caixa e equivalentes de caixa	75,0	123,9	240,2
Títulos e valores mobiliários	22,7	21,9	18,5
Duplicatas a receber	131,3	134,3	260,5
Arrendamentos financeiros a receber	16,2	15,5	17,2
Estoques	265,0	299,3	456,2
Adiantamento a fornecedores	29,6	27,5	49,0
Impostos a recuperar	26,7	31,9	53,9
Outros créditos a receber	19,6	19,6	24,2
Ativos mantidos para venda	-	-	-
Ativo não circulante	1.622,0	1.602,2	1.814,5
Realizável a longo prazo	426,0	388,0	441,7
Títulos e valores mobiliários	8,1	8,3	10,8
Valores a receber - Clientes	4,6	5,8	14,5
Partes relacionadas	262,1	216,9	202,2
Adiantamento a fornecedores	-	-	0,0
Arrendamentos financeiros a receber	74,4	73,5	88,6
Impostos a recuperar	17,1	18,0	17,9
Impostos diferidos	2,0	2,0	19,3
Imobilizado disponível para venda	14,2	22,2	24,7
Depósitos judiciais	17,8	16,5	11,8
Outros	25,6	24,8	52,0
Permanente	1.196,0	1.214,1	1.372,8
Outros Investimentos	7,4	7,1	128,7
Propriedades para investimento	524,0	524,0	461,8
Imobilizado	481,0	494,0	539,8
Direitos de uso	137,8	142,1	151,0
Intangível	45,9	46,9	91,5
Total dos ativos	2.208,0	2.275,9	2.934,2



Balanço Patrimonial (continuação)

Em R\$ milhões	3T23	2T23	3T22
Passivo			
Passivo circulante	1.546,5	1.475,2	1.050,4
Empréstimos e financiamentos	348,8	283,1	376,3
Debêntures	364,5	356,1	17,9
Fornecedores	273,1	259,1	249,2
Impostos e taxas	28,4	42,9	23,1
Obrigações sociais e trabalhistas	97,5	82,3	105,8
Concessões governamentais	212,2	191,2	57,7
Arrendamentos a pagar	58,2	58,5	60,9
Impostos parcelados	90,5	106,1	81,7
Provisão para reestruturação	22,1	42,9	-
Outras contas a pagar	51,2	52,9	77,8
Passivo não circulante	1.130,8	1.096,1	1.278,0
Empréstimos e financiamentos	389,3	415,2	350,5
Debêntures	0,0	0,0	315,8
Arrendamentos a pagar	192,9	195,0	221,1
Concessões governamentais	23,3	28,4	44,1
Planos de aposentadoria e benefícios	114,7	108,8	124,8
Provisões diversas	26,8	21,4	16,1
Impostos diferidos	105,2	105,7	85,2
Impostos parcelados	263,2	194,4	91,2
Outras obrigações	15,4	27,2	29,2
Patrimônio líquido	(469,2)	(295,3)	605,8
Capital realizado	1.860,3	1.860,3	1.860,3
Reserva de capital	79,4	79,4	79,4
Ajuste de avaliação patrimonial	137,3	137,2	126,2
Ajuste acumulado de conversão	(158,6)	(158,5)	(143,7)
Prejuízo acumulado	(2.387,5)	(2.213,8)	(1.316,4)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	2.208,0	2.275,9	2.934,2

Demonstrativo de Resultados

Em R\$ milhões	3T23 (A)	2T23 (B)	3T22 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita operacional bruta	219,6	207,0	381,4	6,1%	(42,4%)
Receita operacional líquida	165,5	168,2	296,6	(1,6%)	(44,2%)
Custo dos produtos vendidos	(106,1)	(97,4)	(232,9)	8,9%	(54,5%)
% da Receita Líquida	64,1%	57,9%	78,5%	6,2 p.p.	(14,4 p.p.)
Materiais	(24,3)	(42,7)	(143,4)	(43,1%)	(83,1%)
Custos de conversão e outros	(67,6)	(40,8)	(74,0)	65,9%	(8,6%)
Depreciação	(14,2)	(13,9)	(15,5)	2,2%	(8,4%)
Custo de ociosidade e outros	(53,1)	(54,0)	(44,4)	(1,6%)	19,5%
% da Receita Líquida	32,1%	32,1%	15,0%	(0,0 p.p.)	17,1 p.p.
Lucro (prejuízo) bruto	6,3	16,8	19,2	n.a.	n.a.
Margem Bruta, %	3,8%	10,0%	6,5%	(6,2 p.p.)	(2,7 p.p.)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(81,3)	(112,6)	(106,4)	(27,7%)	(23,6%)
% da Receita Líquida	49,2%	66,9%	35,9%	(17,8 p.p.)	13,3 p.p.
Despesas com vendas	(47,1)	(77,0)	(65,8)	(38,9%)	(28,5%)
% da Receita Líquida	28,4%	45,8%	22,2%	(17,4 p.p.)	6,2 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(34,3)	(35,5)	(40,6)	(3,5%)	(15,5%)
% da Receita Líquida	20,7%	21,1%	13,7%	(0,4 p.p.)	7,0 p.p.
Outras, líquidas:					
Provisão para reestruturação	(4,8)	(42,9)	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(2,9%)	(25,5%)	0,0%	22,7 p.p.	(2,9 p.p.)
Baixa precatórios, líquidos	-	(62,6)	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	0,0%	(37,3%)	0,0%	37,3 p.p.	0,0 p.p.
Baixa ágio de controlada	-	(27,3)	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	0,0%	(16,2%)	0,0%	16,2 p.p.	0,0 p.p.
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	(6,9)	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	0,0%	(4,1%)	0,0%	4,1 p.p.	0,0 p.p.
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	(107,6)	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	0,0%	(64,0%)	0,0%	64,0 p.p.	0,0 p.p.
Outras, líquidas	(8,9)	1,1	(1,3)	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(5,4%)	0,7%	(0,4%)	(6,1 p.p.)	(5,0 p.p.)
Resultado operacional	(88,7)	(342,1)	(88,5)	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(53,6%)	(203,4%)	(29,8%)	149,8 p.p.	(23,8 p.p.)
Resultado financeiro	(85,3)	(98,1)	(85,9)	(13,1%)	(0,7%)
Resultado antes dos impostos	(174,0)	(440,2)	(174,4)	n.a.	n.a.
IR e CSSL	0,2	(15,1)	(1,0)	n.a.	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	(173,8)	(455,3)	(175,4)	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(105,0%)	(270,8%)	(59,1%)	165,7 p.p.	(45,9 p.p.)

Demonstrativo de Resultados (continuação)

Em R\$ milhões	9M23 (A)	9M22 (B)	(A)/(B) %
Receita operacional bruta	649,2	1.335,7	(51,4%)
Receita operacional líquida	505,0	995,2	(49,3%)
Custo dos produtos vendidos	(318,2)	(718,8)	(55,7%)
% da Receita Líquida	63,0%	72,2%	(9,2 p.p.)
Materiais	(115,9)	(419,0)	(72,3%)
Custos de conversão e outros	(160,4)	(253,1)	(36,6%)
Depreciação	(41,9)	(46,7)	(10,3%)
Custo de ociosidade e outros	(178,9)	(76,6)	133,4%
% da Receita Líquida	35,4%	7,7%	27,7 p.p.
Lucro bruto	7,8	199,8	(96,1%)
Margem Bruta, %	1,6%	20,1%	(18,5 p.p.)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(287,2)	(340,8)	(15,7%)
% da Receita Líquida	56,9%	34,2%	22,6 p.p.
Despesas com vendas	(180,7)	(228,5)	(20,9%)
% da Receita Líquida	35,8%	23,0%	12,8 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(106,5)	(112,3)	(5,2%)
% da Receita Líquida	21,1%	11,3%	9,8 p.p.
Outras, líquidas:			
Provisão para reestruturação	(47,7)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(9,4%)	0,0%	(9,4 p.p.)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(37,9%)	0,0%	(37,9 p.p.)
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(16,5%)	0,0%	(16,5 p.p.)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(6,9)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(4,2%)	0,0%	(4,2 p.p.)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	(107,6)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(65,1%)	0,0%	(65,1 p.p.)
Outras, líquidas	(29,2)	1,7	n.a.
% da Receita Líquida	(5,8%)	0,2%	(6,0 p.p.)
Resultado operacional	(560,8)	(139,3)	n.a.
% da Receita Líquida	(111,1%)	(14,0%)	(97,1 p.p.)
Resultado financeiro	(265,3)	(260,2)	1,9%
Resultado antes dos impostos	(826,0)	(399,6)	n.a.
IR e CSSL	(15,1)	(1,2)	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	(841,1)	(400,8)	n.a.
% da Receita Líquida	(166,6%)	(40,3%)	(126,3 p.p.)

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Em R\$ milhões	9M23	9M22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(841,1)	(400,8)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	70,2	73,6
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	16,3	11,4
Imposto de renda e contribuição social	15,1	1,2
Provisão para ganhos (perdas) em ativos	20,8	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	6,9	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	107,6	-
Baixa precatórios, líquidos	62,6	-
Baixa ágio de controlada	27,3	-
Provisão para reestruturação	47,7	-
Resultado na alienação do ativo permanente	(1,5)	(1,7)
Variações cambiais	10,6	18,0
Variações monetárias	(0,9)	8,8
Juros e encargos, líquidos	246,9	222,7
Juros sobre arrendamentos	7,0	8,7
	(96,8)	(58,0)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	3,1	(2,4)
Duplicatas a receber	(12,9)	123,0
Estoques	74,9	47,9
Adiantamento a fornecedores	4,6	(10,3)
Impostos a recuperar	14,0	34,0
Fornecedores	3,4	13,4
Outros	33,7	31,8
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(30,4)	241,1
Juros pagos sobre empréstimos	(38,3)	(107,0)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(19,3)	(27,2)
Imposto de renda e contribuição social recebidos (pagos)	-	(1,2)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(88,0)	105,7
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Propriedades para investimentos	(0,1)	(2,3)
Ativo imobilizado	(8,3)	(8,3)
Ativo intangível	(1,1)	(0,7)
Imóveis disponíveis para venda	-	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	7,4	0,7
Empréstimos entre partes relacionadas	(49,0)	(70,6)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(51,1)	(81,3)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de novos empréstimos, líquido de encargos antecipados	152,7	299,7
Liquidação de empréstimos e debêntures	(157,7)	(269,6)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	(26,9)	(27,4)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(31,9)	2,6
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	20,5	13,3
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(150,4)	40,4
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	225,4	199,8
No fim do período	75,0	240,2



Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.



SPRINGS
GLOBAL

ARTEX mmartan casa moysés SANTISTA Persono

Springs Global Participações S.A.

(em Recuperação Judicial)

Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

BDO RCS Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial
Montes Claros - MG

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e de suas controladas é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial informativo performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Plano de Recuperação Judicial, análise de continuidade operacional e avaliação de valor recuperável de ativos e outras estimativas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 28 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em 06 de maio de 2024, a Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo, entraram com pedido de Recuperação Judicial que foi deferido, parcialmente, em 07 de maio de 2024 pelo juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005. Em 26 de julho de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que, após procedimento de constatação prévia, foi deferido na sua totalidade o pedido da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024 pelo Juízo, nos termos da Lei nº 11.101/2005, sendo que até a emissão desse relatório não ocorreu a apresentação pela Administração da Companhia do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") para ser apreciado pela Assembleia Geral de Credores.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional decorrente do acima, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia e de suas controladas nas operações futuras de cada uma das suas sociedades, envolvendo a posição de endividamento da Companhia e suas controladas, a pervasividade dos reflexos da recuperação judicial no contexto da elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período findo em 30 de setembro de 2023 e o cenário de múltiplas incertezas decorrentes desses assuntos, não nos foi possível concluir sobre: (i) Estimativa de perda na realização dos estoques, cujo saldo é de R\$ 264.958 mil no consolidado, conforme Nota Explicativa nº 6.a; (ii) Estimativa de realização e liquidação dos saldos com partes relacionadas no ativo não circulante no valor de R\$ 262.055 mil no consolidado e no passivo não circulante no valor de R\$ 45.920 mil no individual, conforme Nota Explicativa nº 22; (iii) investimento na controlada Coteminas S.A - em Recuperação Judicial cujo saldo credor é de R\$ 628.226 mil no individual conforme Nota Explicativa nº 8.a, com relatório de auditoria com abstenção de opinião, emitido nesta mesma data, com qualificações quanto aos assuntos do parágrafo anterior, da estimativa de perda com estoques, da realização/liquidação dos saldos com partes relacionadas e do valor recuperável de ativos conforme item (iv) a seguir; (iv) Estimativa do valor recuperável de ativos não monetários conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável em relação ao ativo imobilizado no valor de R\$ 481.031 mil no consolidado, conforme Nota Explicativa nº 10.a, ao ativo de direito de uso no valor R\$ 137.764 mil no consolidado, conforme Nota Explicativa nº 11, e ao ativo intangível no valor de R\$ 45.895 mil no consolidado, conforme Nota Explicativa nº 12; e (v) Limitação de informação sobre eventos subsequentes até a presente data da controlada Springs Global US - Inc. ("SGUS") cujo saldo de investimento em controlada é de R\$ 213.583 mil conforme Nota Explicativa 8.a.

Adicionalmente, não nos foi possível reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e suas controladas Coteminas S.A. - em Recuperação Judicial ("CSA") e AMMO VAREJO S.A - em Recuperação Judicial ("AMMO") é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos (financeiros e não financeiros), passivos e elementos componentes das informações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.



Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Outros assuntos

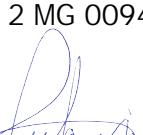
Demonstrações dos valores adicionados intermediários individuais e consolidadas - informação suplementar

Fomos contratados para revisar as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Devido a relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de setembro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 -S - MG

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	9	42	74.999
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	22.712
Duplicatas a receber	5	-	-	131.261
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	16.176
Estoques	6.a	-	-	264.958
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	29.619
Impostos a recuperar	18.c	52	22	26.733
Outros créditos a receber		993	986	19.598
	-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		1.054	1.050	586.056
	-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	4	-	1.925	8.131
Valores a receber – clientes	7	-	-	4.604
Partes relacionadas	22	-	-	262.055
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	74.446
Impostos a recuperar	18.c	-	-	17.109
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	1.995
Imobilizado disponível para venda	10.b	-	-	14.211
Depósitos judiciais	19	-	-	17.841
Outros		-	-	25.569
	-----	-----	-----	-----
		1.905	3.830	425.961
				412.333
Investimentos em controladas	8.a	213.583	429.622	-
Outros investimentos	8.b			7.358
Propriedades para investimento	9	-	-	523.976
Imobilizado	10.a	-	-	481.031
Direitos de uso	11	-	-	137.764
Intangível	12	-	-	45.895
	-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		215.488	433.452	1.621.985
	-----	-----	-----	1.813.457
Total dos ativos		216.542	434.502	2.208.041
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	
PASSIVOS						
CIRCULANTE:						
Empréstimos e financiamentos	13	4.779	10.405	348.752	640.395	
Debêntures	14	-	-	364.492	17.763	
Fornecedores	15	160	3	273.094	272.960	
Obrigações sociais e trabalhistas		875	183	97.489	96.785	
Impostos e taxas		261	94	28.391	20.955	
Concessões governamentais	16	-	-	212.195	56.253	
Arrendamentos a pagar	17	-	-	58.171	59.782	
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	90.533	94.795	
Provisão para reestruturação	28	-	-	22.139	-	
Outras contas a pagar		-	-	51.249	73.768	
Total do passivo circulante		6.075	10.685	1.546.505	1.333.456	
NÃO CIRCULANTE:						
Empréstimos e financiamentos	13	5.566	9.143	389.282	56.540	
Debêntures	14	-	-	-	320.757	
Arrendamentos a pagar	17	-	-	192.864	209.418	
Partes relacionadas	22	45.920	36.003	-	-	
Concessões governamentais	16	-	-	23.306	38.264	
Provisões diversas	19	-	-	26.849	20.801	
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	114.702	114.581	
Impostos diferidos	18.b	-	-	105.240	106.684	
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	263.169	93.458	
Obrigações com controladas	8.a	628.226	-	-	-	
Outras obrigações		-	-	15.369	22.487	
Total do passivo não circulante		679.712	45.146	1.130.781	982.990	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:						
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265	
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381	
Ajustes de avaliação patrimonial		137.253	137.263	137.253	137.263	
Ajustes acumulados de conversão		(158.615)	(151.828)	(158.615)	(151.828)	
Prejuízos acumulados		(2.387.529)	(1.546.410)	(2.387.529)	(1.546.410)	
Total do patrimônio líquido		(469.245)	378.671	(469.245)	378.671	
Total dos passivos e do patrimônio líquido		216.542	434.502	2.208.041	2.695.117	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora			
	01.07.2023	01.01.2023	01.07.2022	01.01.2022
	a 30.09.2023	a 30.09.2023	a 30.09.2022	a 30.09.2022
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Gerais e administrativas	(291)	(610)	(199)	(681)
Honorários da administração	22 (238)	(877)	(319)	(928)
Equivalência patrimonial	8.a (172.565)	(837.468)	(174.078)	(395.607)
RESULTADO OPERACIONAL	(173.094)	(838.955)	(174.596)	(397.216)
Despesas financeiras – juros e encargos	(400)	(1.527)	(678)	(3.273)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(298)	(688)	(174)	(463)
Receitas financeiras	20	51	62	162
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(173.772)	(841.119)	(175.386)	(400.790)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	18.a -	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(173.772)	(841.119)	(175.386)	(400.790)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27 =====	(3.4754)	(16.8224)	(3.5077)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.07.2023	01.01.2023	01.07.2022	01.01.2022
		a 30.09.2023	a 30.09.2023	a 30.09.2022	a 30.09.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	165.468	504.968	296.594	995.192
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	26	(106.102)	(318.230)	(232.938)	(718.792)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	26	(53.089)	(178.905)	(44.414)	(76.649)
LUCRO BRUTO		-----	-----	-----	-----
		6.277	7.833	19.242	199.751
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	(47.052)	(180.687)	(65.836)	(228.477)
Gerais e administrativas	26	(30.499)	(94.865)	(36.619)	(101.079)
Honorários da administração	22 e 26	(3.789)	(11.673)	(3.976)	(11.270)
Outras, líquidas:					
Provisão para reestruturação	28	(4.756)	(47.685)	-	-
Baixa precatórios, líquidos	13 e 18.d	-	(62.649)	-	-
Baixa ágio de controlada	8.a e 12	-	(27.303)	-	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	10.a e 12	-	(6.902)	-	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	8.b	-	(107.646)	-	-
Outras, líquidas		(8.914)	(29.201)	(1.291)	1.744
RESULTADO OPERACIONAL		-----	-----	-----	-----
		(88.733)	(560.778)	(88.480)	(139.331)
Despesas financeiras – juros e encargos		(69.156)	(225.456)	(65.306)	(191.712)
Juros sobre arrendamentos	17	(2.144)	(6.991)	(2.407)	(8.745)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(26.083)	(84.575)	(28.291)	(94.064)
Receitas financeiras		19.939	62.403	24.137	52.310
Variações cambiais líquidas		(7.820)	(10.641)	(14.016)	(18.015)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		-----	-----	-----	-----
		(173.997)	(826.038)	(174.363)	(399.557)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	227	(137)	(1.023)	(1.233)
Diferido	18.a	(2)	(14.944)	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		=====	=====	=====	=====
		(173.772)	(841.119)	(175.386)	(400.790)
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado			
	01.07.2023	01.01.2023	01.07.2022	01.01.2022
	a	a	a	a
	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>30.09.2022</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(173.772)	(841.119)	(175.386)	(400.790)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que impactarão o resultado-				
Variação cambial de investimentos no exterior	(160)	(6.787)	10.300	16.087
	-----	-----	-----	-----
	(160)	(6.787)	10.300	16.087
Itens que não impactarão o resultado-				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	13	(10)	23	13
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(173.919)	(847.916)	(165.063)	(384.690)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUIDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(173.919)	(847.916)	(165.063)	(384.690)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.860.265	79.381	126.234	(159.814)	(915.625)	990.441
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(400.790)	(400.790)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(13.107)	-	(13.107)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	13	-	-	13
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	29.194	-	29.194
Total do resultado abrangente		-	-	13	16.087	(400.790)	(384.690)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	126.247	(143.727)	(1.316.415)	605.751
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODOS DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	137.263	(151.828)	(1.546.410)	378.671
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(841.119)	(841.119)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(19.794)	-	(19.794)
Perda atuarial em planos de aposentadoria		-	-	(10)	-	-	(10)
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	13.007	-	13.007
Total do resultado abrangente		-	-	(10)	(6.787)	(841.119)	(847.916)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	137.253	(158.615)	(2.387.529)	(469.245)
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(841.119)	(400.790)	(841.119)	(400.790)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	70.232	73.596
Equivalência patrimonial	837.468	395.607	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	15.081	1.233
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	(1.540)	(1.691)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	16.328	11.389
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	20.769	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	6.902	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	107.646	-
Baixa precatórios, líquidos	-	-	62.649	-
Baixa ágio de controlada	-	-	27.303	-
Provisão para reestruturação	-	-	47.685	-
Variações monetárias	-	-	(882)	8.808
Variações cambiais	-	-	10.641	18.015
Juros e encargos, líquidos	2.164	3.569	246.854	222.653
Juros sobre arrendamentos	-	-	6.991	8.745
	(1.487)	(1.614)	(204.460)	(58.042)
-----	-----	-----	-----	-----
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	1.925	(145)	3.083	(2.425)
Duplicatas a receber	-	-	(12.887)	123.007
Estoques	-	-	74.937	47.892
Adiantamentos a fornecedores	-	-	4.618	(10.335)
Impostos a recuperar	(30)	(26)	13.966	33.950
Fornecedores	157	(7)	3.411	13.392
Impostos parcelados	-	-	53.273	61.955
Outros	806	43	33.663	40.398
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos	1.371	(1.749)	(30.396)	249.792
	-----	-----	-----	-----
Juros pagos	(1.651)	(1.999)	(38.283)	(107.040)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(612)	(455)	(19.347)	(27.166)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.215)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(892)	(4.203)	(88.026)	114.371
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023	01.01.2022	01.01.2023	01.01.2022
	a 30.09.2023	a 30.09.2022	a 30.09.2023	a 30.09.2022
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimentos	-	-	(128)	(2.300)
Ativo imobilizado	-	-	(8.305)	(8.300)
Ativo intangível	-	-	(1.080)	(725)
Imóveis disponíveis para venda	-	-	-	(8.644)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	7.368	663
Empréstimos entre partes relacionadas	9.855	13.147	(48.960)	(70.594)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	9.855	13.147	(51.105)	(89.900)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	152.701	299.669
Liquidação de empréstimos	(8.996)	(8.996)	(157.673)	(269.645)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(26.881)	(27.410)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(8.996)	(8.996)	(31.853)	2.614
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	20.539	13.322
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(33)	(52)	(150.445)	40.407
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	42	117	225.444	199.765
No fim do período	9	65	74.999	240.172
	=====	=====	=====	=====
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(33)	(52)	(150.445)	40.407
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	582.297	1.194.521
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.328)	(11.389)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	1.540	1.691
	-----	-----	-----	-----
	-	-	567.509	1.184.823
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(221.140)	(542.526)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.382)	(1.444)	(302.282)	(371.082)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	(6.902)	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107.646)	-
Baixa precatórios, líquidos	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada	-	-	(27.303)	-
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	(20.769)	-
Provisão para reestruturação	-	-	(47.685)	-
	-----	-----	-----	-----
	(1.382)	(1.444)	(796.376)	(913.608)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.382)	(1.444)	(228.867)	271.215
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(70.232)	(73.596)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.382)	(1.444)	(299.099)	197.619
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(837.468)	(395.607)	-	-
Receitas financeiras	51	162	62.403	52.310
Variação cambial ativa	-	-	681	(1.182)
Royalties	-	-	14.727	13.793
	-----	-----	-----	-----
	(837.417)	(395.445)	77.811	64.921
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(838.799)	(396.889)	(221.288)	262.540
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	202	-	233.140	261.331
Impostos, taxas e contribuições	591	628	112.824	127.306
Remuneração de capitais de terceiros	1.527	3.273	273.867	274.693
Remuneração de capitais próprios	(841.119)	(400.790)	(841.119)	(400.790)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(838.799)	(396.889)	(221.288)	262.540
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas – em Recuperação Judicial (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. – em Recuperação Judicial (“AMMO”), que é uma controlada indireta da Companhia. Em 2022, a AMMO obteve recursos para viabilizar o seu plano de crescimento, através de emissão privada de debêntures conversíveis em ações. Os recursos obtidos por meio deste financiamento estão sendo destinados para o desenvolvimento das atividades e investimentos da AMMO e o fomento de seu capital de giro. Este financiamento tem como objetivo viabilizar o plano de crescimento da AMMO, através de (i) ampliação de portfólio de produtos no segmento *homewellness*, (ii) crescimento dos canais de distribuição e expansão geográfica, e (iii) oferta de produtos e serviços para o sono.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou em suas atividades operacionais, com a paralização das atividades industriais no segundo semestre de 2023.

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários em 1.709 trabalhadores e seus termos de pagamento. Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de Recuperação Judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento.

Recuperação Judicial

Em 7 de maio de 2024 - a Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, a notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executidas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de Recuperação Judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Com a concessão do pedido formulado a Companhia e suas controladas entendem que conseguirão a restruturação financeira e de todas as empresas do grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de setembro de 2024.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial

Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro

quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço

para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/Recuperação Judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajustes acumulados de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida no resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste

da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A. – em Recuperação Judicial, da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%,

foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2023	2022	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,2177	-
30 de setembro	5,0076	5,4066	-7,4 %
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	4,8903	5,2580	-7,0 %
30 de setembro (9 meses)	4,9971	5,0994	-2,0 %

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 31 de janeiro de 2024. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência Aplicável a exercícios ou na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Operações compromissadas (*)	4	28	9.000	135.361
Depósitos no exterior	-	-	43.827	61.980
Depósitos em contas correntes	5	14	22.172	28.103
	-----	-----	-----	-----
	9	42	74.999	225.444
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos no exterior	22.200	23.004
Depósito restrito (1)	512	2.452
Fundo de reserva (2)	8.131	8.470
	-----	-----
	30.843	33.926
Circulante	(22.712)	(23.531)
	-----	-----
Não circulante	8.131	10.395
	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2023, a controladora não possuía depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.925 em 31 de dezembro de 2022), e a controlada SGUS possuía R\$512, equivalente a US\$102 mil (R\$527 equivalente a US\$101 mil, em 31 de dezembro de 2022) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Clientes no mercado interno	127.474	144.351
Clientes no mercado externo	39.546	43.542
Operadoras de cartão de crédito	1.465	10.453
	-----	-----
	168.485	198.346
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(37.224)	(35.079)
	-----	-----
	131.261	163.267
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 74 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2022). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	(35.079)	(29.156)
Adições	(2.249)	(17.422)
Baixas	1	11.038
Variação cambial	103	461
	-----	-----
Saldo no final do período	(37.224)	(35.079)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Matérias-primas e secundários	55.919	74.839
Produtos em elaboração	59.014	77.551
Produtos acabados	112.454	168.903
Peças de reposição	37.571	36.856
	-----	-----
	264.958	358.149
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de setembro de 2023, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques, que não estivessem provisionadas. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2022	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2023
Matérias-primas e secundários	(1.719)	(135)	657	(1.197)
Produtos acabados	(23.764)	6.151	23	(17.590)
Peças de reposição	(472)	-	-	(472)
	-----	-----	-----	-----
	(25.955)	6.016	680	(19.259)
	=====	=====	=====	=====
	31.12.2021	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2022
Matérias-primas e secundários	(2.555)	68	732	(1.755)
Produtos acabados	(13)	-	4	(9)
Peças de reposição	(564)	-	-	(564)
	-----	-----	-----	-----
	(3.132)	68	736	(2.328)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
2023	29.619	35.010
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	12.424
Clientes em recuperação judicial (b)	1.458	1.332
Parcelamento de créditos com clientes (c)	9.007	5.083
Financiamento no repasse de lojas (d)	480	768
Venda de imóveis (e)	760	3.855
Outros	3.247	1.690
	-----	-----
	14.952	25.152
Circulante (*)	(10.348)	(9.017)
	-----	-----
Não circulante	4.604	16.135
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) O Narciso Enxovals do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos

com a controlada CSA. Em 28 de setembro de 2023, foi aprovado em assembleia geral de credores o pedido de Recuperação Judicial, com condições mínimas de recuperação de crédito. Em Dezembro de 2023, o pedido de Recuperação Judicial foi homologado. Em 30 de junho de 2023, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$12.424.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 30 de setembro de 2023, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 70 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 30 de setembro de 2023, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.066 (R\$412) em 31 de dezembro de 2022).

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 3 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022
SGUS	213.583	100,0	(139.424)	213.583	372.811	(139.424)	(10.185)
CSA (1)	(628.226)	100,0	(698.044)	-	56.811	(698.044)	(385.422)
				213.583	429.622	(837.468)	(395.607)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2023, o patrimônio líquido da controlada CSA apresentava saldo devedor de R\$628.226. Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital, deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-diluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

Em 2023 e 2024, ocorreram dois eventos de aumento de capital na Keeco que impactaram a participação acionária da SGUS na Keeco. Nesses dois eventos, a SGUS teve a opção de comprar ações adicionais da Keeco para evitar diluição (“*preemptive rights*”). A SGUS decidiu não comprar essas ações adicionais e teve a sua participação reduzida de 4,51% para 0,8% das ações ordinárias da Keeco. Em março de 2024, a SGUS recebeu o orçamento atualizado da Keeco para o ano de 2024 e verificou redução na projeção do EBITDA ajustado quando comparado com as projeções apresentadas em anos anteriores. Com essa redução, e com a diluição mencionada acima, a administração da Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar, em junho de 2023, um complemento da provisão para perda no valor de R\$107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, e consequentemente a baixa do imposto diferido no valor de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

Em 30 de setembro de 2023, o valor de R\$7.358, equivalentes a US\$1.469, estava contabilizado na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante (R\$124.217, equivalentes a US\$23.807, em 31 de dezembro de 2022).

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

Investimentos da CSA

	Patri-mônio líquido	Partici-pação - %	Resul-tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva-lência patrimonial	
				30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	80.468	100,00	(17.773)	80.468	99.721	(17.773)	5.662
LAT Capital Ltd.	20.476	100,00	1.535	20.476	19.731	1.535	424
AMMO VAREJO S.A. – em Recuperação Judicial (1) (2)	(95.080)	100,00	(103.723)	-	35.946	(103.723)	(41.018)
Compañía Textil Guaraní S.R.L. (3)	1.232	100,00	(186)	1.232	1.426	(186)	(2.257)
				-----	-----	-----	-----
				102.176	156.824	(120.147)	(37.189)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2022, incluía ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303. Para fins de apresentação nas demonstrações consolidadas da controlada CSA, era classificado na rubrica Intangível no balanço consolidado. Em 30 de junho de 2023, devido aos recorrentes prejuízos daquela controlada, foi efetuada a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, líquidas – baixa ágio de controlada”).

(2) Em 10 de junho de 2022, a CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas “ARTEX”, “AMMO” e “PERSONO” no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2023, o patrimônio líquido ajustado da controlada AMMO apresentava saldo devedor de R\$95.080. Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante nas demonstrações da CSA Controladora.

(3) Em 2023, a CSA subscreveu e integralizou capital na controlada no valor de R\$43.

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	31.12.2022	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	Obrigações com controladas	30.09.2023	
SGUS	372.811	(139.424)	(19.794)	(10)	-	213.583	
CSA	56.811	(698.044)	13.007	-	628.226	-	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
	429.622	(837.468)	(6.787)	(10)	628.226	213.583	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	
		Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)		Ajustes de avaliação patrimonial		30.09.2022	
SGUS	401.829	(10.185)	(13.107)	13	378.550		
CSA	633.305	(385.422)	29.194	-	277.077		
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
	1.035.134	(395.607)	16.087	13	655.627		
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	30.380	67.087	527.127
Adições	69	59	-	-	128
Baixa	-	-	-	(3.432)	(3.432)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	153	153
Transferências	(32)	32	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2023	380.562	49.226	30.380	63.808	523.976
	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	30.380	57.570	459.890
Adições	572	1.698	-	30	2.300
Baixas	(63)	(361)	-	-	(424)
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2022	325.499	48.287	30.380	57.600	461.766
	=====	=====	=====	=====	=====

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No período de nove meses de 2023, os valores de receita por arrendamento foram de R\$8.911 (R\$8.734 no mesmo período de 2022).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	112.118	112.081
Mais valia apurada (a)	268.444	268.444
-----	-----	-----
Valor justo (b)	380.562	380.525
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.271 (R\$91.271 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	1.521	1.430
Mais valia apurada (a)	47.705	47.705
-----	-----	-----
Valor justo (b)	49.226	49.135
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.220 (R\$16.220 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	19.144	19.144
Mais valia apurada (a)	11.236	11.236
-----	-----	-----
Valor justo (b)	30.380	30.380
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 (R\$3.820 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Em março de 2024, a controlada CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação, houve uma perda no montante de R\$15.307, líquido de impostos, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m ²)	36.644	36.644
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	5.230	5.230
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.580 m ²)	1.134	4.413
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	20.800	20.800
-----	-----	-----
Total	63.808	67.087
=====	=====	=====
Custo residual dos imóveis	36.458	39.890
Mais valia apurada (a)	27.350	27.197
-----	-----	-----
Valor justo (b)	63.808	67.087
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$9.297 (R\$9.245 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa % (*)	30.09.2023		31.12.2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	5,5	55.860	(24.057)	31.803	30.974
Edifícios	2,4	348.584	(185.069)	163.515	170.026
Instalações	7,3	231.177	(184.691)	46.486	51.027
Máquinas e equipamentos	7,4	1.203.019	(1.007.963)	195.056	222.755
UHE - Porto Estrela (**)	4,2	39.954	(24.837)	15.117	16.193
Móveis, utensílios e outros	8,0	122.717	(111.530)	11.187	13.610
Obras em andamento	-	17.867	-	17.867	17.826
		-----	-----	-----	-----
		2.019.178	(1.538.147)	481.031	522.411
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.974	170.026	51.027	222.755	16.193	13.610	17.826	522.411
Adições	5.362	-	3	816	-	1.280	844	8.305
Baixas líquidas	(105)	-	(32)	(8)	-	(13)	-	(158)
Transferências								
- Imobilizado	(219)	(171)	277	369	-	403	(659)	-
Variação cambial	(210)	(206)	(20)	(99)	-	(14)	(144)	(693)
Depreciação do período	(2.063)	(6.134)	(4.896)	(28.733)	(1.076)	(3.725)	-	(46.627)
Baixa de provisão para desvalorização de ativos	112	-	33	-	-	-	-	145
Reversão (provisão) para perdas com ativos	(2.048)	-	94	(44)	-	(354)	-	(2.352)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 30 de setembro de 2023	31.803	163.515	46.486	195.056	15.117	11.187	17.867	481.031
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de ativos	(3.403)	-	(5)	(96)	-	(3.945)	-	(7.449)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621
Adições	737	-	47	3.273	-	1.290	2.953	8.300
Baixas líquidas	-	-	(15)	(30)	-	(129)	(3)	(177)
Transferências								
- Imobilizado	(326)	(163)	2.528	4.902	4	2.735	(9.680)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	-	-	(102)
Variação cambial	1.397	1.766	215	391	-	(132)	183	3.820
Depreciação do período	(1.682)	(6.253)	(6.088)	(30.642)	(1.078)	(4.879)	-	(50.622)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 30 de setembro de 2022	31.018	173.133	52.230	224.723	16.550	14.741	27.445	539.840
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 30 de setembro de 2023, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$7.449 (R\$5.242 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da provisão para perda é considerado pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes ativos.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2022	Baixas	Variação cambial	30.09.2023
Custo	461.614	(8.800)	(17.781)	435.033
Depreciação	(389.135)	-	15.131	(374.004)
Provisão para perda	(48.569)	-	1.751	(46.818)
	=====	=====	=====	=====
	23.910	(8.800)	(899)	14.211
	=====	=====	=====	=====

	<u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Transferência do imobilizado</u>	<u>30.09.2022</u>
Custo	482.352	8.644	(61.724)	256	429.528
Depreciação	(415.205)	-	60.693	(154)	(354.666)
Provisão para perda	(51.606)	-	1.450	-	(50.156)
	-----	-----	-----	-----	-----
	15.541	8.644	419	102	24.706
	=====	=====	=====	=====	=====

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			31.12.2022	
		30.09.2023		Líquido		
		Custo	Amortização acumulada			
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	20,9	13.667	(13.594)	73	1.820	
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	44.452	(17.595)	26.857	30.878	
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,9	105.636	(50.511)	55.125	49.442	
Veículos	70,3	1.223	(1.069)	154	773	
Propriedades para investimentos (1)		55.555	-	55.555	61.483	
	-----	-----	-----	-----	-----	
Total de direito de uso		220.533	(82.769)	137.764	144.396	
Arrendamentos financeiros a receber (1)		90.622	-	90.622	100.241	
	-----	-----	-----	-----	-----	
		311.155	(82.769)	228.386	244.637	
	=====	=====	=====	=====	=====	

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	<u>Imóveis</u>	<u>Imóveis – SGUS</u>	<u>Imóveis - lojas</u>	<u>Veículos</u>	<u>Proprieda- des para investimento</u>	<u>Arrendamen- tos financeiros a receber</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.820	30.878	49.442	773	61.483	100.241	244.637
Variação cambial	-	(1.249)	-	23	(2.484)	(4.049)	(7.759)
Adições (1)	-	-	24.852	-	-	-	24.852
Baixas (2)	-	-	(5.359)	-	-	-	(5.359)
Amortização do período	(1.747)	(2.772)	(13.810)	(642)	-	-	(18.971)
Encargos	-	-	-	-	4.597	7.019	11.616
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(8.041)	(12.589)	(20.630)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2023	73	26.857	55.125	154	55.555	90.622	228.386
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.796	8.781	37.153	62.343	220	70.416	114.667	298.376
Variação cambial	-	(568)	(1.329)	-	-	(2.382)	(3.874)	(8.153)
Adições (1)	-	-	-	9.779	748	-	-	10.527
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.578)	-	-	-	(16.299)
Amortização do período	(2.233)	(492)	(2.829)	(13.549)	(452)	-	-	(19.555)
Encargos	-	-	-	-	-	5.037	7.692	12.729
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(8.186)	(12.711)	(20.897)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.563	-	32.995	49.995	516	64.885	105.774	256.728
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.09.2023	31.12.2022
2023	4.256	17.579
2024	17.120	17.838
2025	17.313	18.039
2026 em diante	89.738	93.504
	-----	-----
	128.427	146.960
Ajuste a valor presente	(37.805)	(46.719)
	-----	-----
	90.622	100.241
Circulante	(16.176)	(16.661)
	-----	-----
Não circulante	74.446	83.580
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de setembro de 2023, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Ágio na aquisição da AMMO (1)	-	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	9.755	10.848
Propriedade intelectual (4)	7.630	9.784
Pontos comerciais (luvas) (5)	12.243	18.771
-----	-----	-----
Total	45.895	82.973
=====	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	82.973
Adições	-	-	-	-	1.080	1.080
Baixas	-	-	-	-	(2.944)	(2.944)
Baixas de provisão para desvalorização.	-	-	-	-	2.787	2.787
Baixa do ágio na aquisição da AMMO	(27.303)	-	-	-	-	(27.303)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	-	-	-	-	(4.550)	(4.550)
Amortização	-	-	(933)	(2.154)	(2.901)	(5.988)
Variação cambial	-	-	(160)	-	-	(160)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2023	-	16.267	9.755	7.630	12.243	45.895
	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	94.125
Adições	-	-	-	725	-	725
Amortização	-	-	(911)	(3.702)	-	(4.613)
Variação cambial	-	-	1.303	-	-	1.303
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2022	27.303	16.267	11.874	11.019	25.077	91.540
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2022 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. Em junho de 2023, devido a atual situação da controlada indireta, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, líquidas – baixa ágio de controlada”).

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28 às demonstrações contábeis intermediárias.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$14.943 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2022), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas. A partir de 2023, a controlada indireta AMMO, com base em eventos e circunstâncias atuais do mercado de varejo, passou a adotar o regime de vida útil definida para realização desses ativos, com base no prazo médio de seus contratos de locação e geração de caixa de suas lojas. Portanto, passou a amortizar o ativo em 5 anos a partir de seu valor líquido de provisão em 31 de dezembro de 2022, e consequentemente sem efeitos de amortização no período anterior.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
			30.09.2023	31.12.2022
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$ 120,0 do CDI	2030	426.323	375.214
Banco BBM S.A.- CCB	R\$ 7,0 + CDI	2025	7.151	6.690
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	R\$ 4,9 + CDI	2026	10.783	14.216
Banco Bradesco S.A. (b) (1)	R\$ 6,1 e 6,3 + CDI	2027	43.758	41.161
BNDES (Finame)	R\$ 3,0 a 9,5	2023	-	6
Banco Daycoval S.A.	R\$ 7,1 e 9,8 + CDI	2026	23.632	36.241
Banco Santander S.A. (c) (1)	R\$ 5,6 + CDI	2024	4.121	8.248
Banco Safra S.A. - CCB	R\$ 6,8 a 10,7 + CDI	2024	5.132	37.157
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$ 6,0 + CDI e 168,0 do CDI	2024	38.505	14.973
Banco Sofisa S.A.	R\$ 6,8 e 8,3 + CDI	2028	30.737	20.750
Caixa Econômica Federal - CCB (2)	R\$ 180,0 do CDI	2023	-	5.597
Banco Pine S.A.	R\$ 9,1 + CDI	2023	151	566
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$ 5,2 + CDI	2023	27.766	1.031
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	R\$ 3,9 e 6,3 + CDI	2026	9.250	11.925
Banco BTG Pactual S.A.	R\$ 13,9	2023	-	2.277
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (2)	R\$ 4,4	2025	10.345	13.951
Banco Daycoval S.A.	R\$ 14,9	2026	1.501	1.797
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$ 8,9 + CDI	2027	10.599	-
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	R\$ 14,7 + CDI	2025	3.150	-
Outros	R\$ -	2026	16.008	29.842
			668.912	621.642

Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
			30.09.2023	31.12.2022
Moeda estrangeira:				
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2023	1.822 100
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	2023	- 8.031
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0	2024	67.300 67.162
			=====	=====
			69.122	75.293
Total			738.034	696.935
Circulante			(348.752)	(625.260)
			=====	=====
Não circulante			389.282	71.675
			=====	=====

(1) Contratos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$15.135, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanc
Circulante	625.260	15.135	640.395
Não circulante	71.675	(15.135)	56.540
	=====	=====	=====
Total dos Empréstimos	696.935	-	696.935
	=====	=====	=====

(2) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$10.345 (R\$19.548 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2024					Total
	2023	Curto prazo	Longo prazo	2025	2026 a 2030	
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	75.154	58.477	10.439	62.721	219.532	426.323
Banco BBM S.A. - CCB	2.282	3.371	1.124	374	-	7.151
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	725	1.676	1.257	5.029	2.096	10.783
Banco Bradesco S.A.	4.162	10.424	2.652	10.608	15.912	43.758
Banco Daycoval S.A.	2.620	6.379	1.756	7.024	5.853	23.632
Banco Santander S.A.	1.454	2.667	-	-	-	4.121
Banco Safra S.A. - CCB	2.751	2.143	238	-	-	5.132
Banco Fibra S.A. - CCE	23.274	12.462	2.769	-	-	38.505
Banco Sofisa S.A.	6.386	6.333	1.833	5.111	11.074	30.737
Banco Pine S.A.	151	-	-	-	-	151
Banco Industrial do Brasil S.A.	27.766	-	-	-	-	27.766
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	1.699	2.324	994	3.576	657	9.250
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	1.201	3.578	1.193	4.373	-	10.345
Banco Daycoval S.A.	192	357	119	476	357	1.501
Banco Luso Brasileiro S.A.	1.932	2.000	666	2.667	3.334	10.599
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	394	1.181	394	1.181	-	3.150
Outros	13.736	379	284	1.136	473	16.008
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	165.879	113.751	25.718	104.276	259.288	668.912
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	1.822	-	-	-	-	1.822
Banco do Brasil S.A.	-	67.300	-	-	-	67.300
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1.822	67.300	-	-	-	69.122
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	167.701	181.051	25.718	104.276	259.288	738.034
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 28.b às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2023			30.09.2022
	Empréstimos	Debêntures	Total	
Saldo no início do período	696.935	338.520	1.035.455	1.005.913
Novas captações ou renovações	148.348	-	148.348	311.850
Juros provisionados (3)	92.640	47.366	140.006	130.651
Amortização de principal	(145.673)	(12.000)	(157.673)	(269.645)
Pagamento de juros	(26.424)	(11.859)	(38.283)	(107.040)
Variação cambial	(3.974)	-	(3.974)	874
Encargos antecipados, líquidos	1.888	2.465	4.353	(12.181)
Alienação de créditos tributários (4)	(25.706)	-	(25.706)	-
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	738.034	364.492	1.102.526	1.060.422
	=====	=====	=====	=====

(3) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada no período findo em 30 de setembro de 2023 foi de 9,92% (8,85% no mesmo período do ano anterior).

(4) Em Fevereiro de 2023, a controlada CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada

CSA tratava a operação como um empréstimo, e manteve ambos saldos registrados no balanço. Devido a situação atual da controlada CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em Junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”. Vide baixa do ativo na nota explicativa 18.d às demonstrações financeiras.

14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021, a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e

2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Em 30 de setembro de 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a essas debêntures, a controlada CSA apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação balanço
Circulante	18.475	126.253	144.728
Não circulante	126.253	(126.253)	-
-----	-----	-----	-----
Total das Debêntures	144.728	-	144.728
=====	=====	=====	=====

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Odernes”). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderiam ter sido subscritas até 1º de Junho de 2023. Como a subscrição não ocorreu, elas foram canceladas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO, no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatária e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO

	30.09.2023	31.12.2022
Valor recebido:		
Valor subscrito	180.000	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)	(2.647)
	=====	=====
Total recebido	172.403	172.403
	=====	=====
Despesas de emissão:		
Comissão de estruturação total	8.250	8.250
Despesas com assessores	6.851	6.851
	=====	=====
	15.101	15.101
Amortização das despesas de emissão	(3.858)	(1.593)
	=====	=====
Total de despesas a amortizar	11.243	13.508
	=====	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizadas mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Em 30 de setembro de 2023, diante de obrigação (“Covenant”) não cumprida, a controlada indireta AMMO, apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada indireta AMMO está adimplente com suas obrigações contratuais (vide nota explicativa nº28.c às demonstrações contábeis intermediárias).

Os saldos das debêntures, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	30.09.2023	31.12.2022
Valor original	144.068	180.000	324.068	317.333
Encargos antecipados	2.742	51.007	53.749	(15.789)
Juros provisionados	(2.082)	(11.243)	(13.325)	36.976
	=====	=====	=====	=====
Total das debêntures	144.728	219.764	364.492	338.520
Circulante	(144.728)	(219.764)	(364.492)	(17.763)
	=====	=====	=====	=====
Não circulante	-	-	-	320.757
	=====	=====	=====	=====

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Mercado interno	237.724	239.421
Mercado externo	35.370	33.539
	=====	=====
	273.094	272.960
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 150 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2022).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
<hr/>			
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
<hr/>			
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.305	985.961	1.605.700
	=====	=====	=====

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Saldo inicial	94.517	95.584
Apropriação das parcelas da outorga	4.717	4.813
Baixas (a)	(42.944)	(26.093)
Juros (7,5% a.a.)	23.268	22.822
Variação monetária (IGP-M)	(2.729)	4.596
-----	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	76.829	101.722
Parcelas em atraso (b)	158.672	-
-----	-----	-----
Total	235.501	101.722
Circulante	(212.195)	(57.672)
-----	-----	-----
Não circulante	23.306	44.050
=====	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando-se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2023, somam R\$15.117 (R\$16.193 em 31 de dezembro de 2022) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Consolidado		
	Vencimentos	30.09.2023	31.12.2022
Imóveis	2024	86	2.167
SGUS (*)	2030	192.069	212.808
Imóveis – lojas	2028	58.718	53.436
Veículos	2023	162	789
-----	-----	-----	-----
	251.035	269.200	
Circulante	(58.171)	(59.782)	
-----	-----	-----	-----
Não circulante	192.864	209.418	
=====	=====	=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2024			2026 a 2030	Total
	2023	Curto prazo	Longo prazo		
Imóveis	21	63	7	-	91
SGUS	9.213	27.654	9.288	37.243	190.797
Imóveis – lojas	6.510	17.673	5.229	18.103	22.292
Veículos	164	-	-	-	164
Total bruto	15.908	45.390	14.524	55.346	213.089
Ajuste a valor presente	(258)	(2.869)	(1.581)	(9.725)	(78.789)
Total a pagar	15.650	42.521	12.943	45.621	134.300

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2023					30.09.2022
	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	2.167	212.808	53.436	789	269.200	325.736
Adições (1)	-	-	24.852	23	24.875	10.527
Baixas (2)	-	-	(5.782)	-	(5.782)	(18.356)
Encargos	71	15.236	3.510	36	18.853	21.869
Pagamentos	(2.152)	(27.375)	(17.298)	(686)	(47.511)	(48.307)
Variação cambial	-	(8.600)	-	-	(8.600)	(9.404)
Saldo no final do período	86	192.069	58.718	162	251.035	282.065

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 são como segue:

	30.09.2023					30.09.2022
	Imóveis –		Veículos	Consolidado	Consolidado	
	Imóveis	SGUS				
Arrendamentos pagos no período	2.152	27.375	17.298	686	47.511	48.307
PIS e COFINS recuperado	-	-	(1.600)	-	(1.600)	(1.589)
Amortização de direitos de uso	(1.747)	(2.772)	(13.810)	(642)	(18.971)	(19.555)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	1.354	-	1.354	1.194
Encargos, líquidos	(71)	(3.620)	(3.510)	(36)	(7.237)	(9.140)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	246	-	246	395
Baixas, líquidas	-	-	423	-	423	2.057
Subarrendamentos recebidos	-	(20.630)	-	-	(20.630)	(20.897)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	334	353	401	8	1.096	772

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.09.2023				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(841.119)	(697.892)	(124.492)	837.465	(826.038)
Equivalência patrimonial	837.468	-	-	(837.468)	-
Subvenção para investimentos	-	(2.352)	-	-	(2.352)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(37)	-	(37)
Outros	-	403	-	-	403
Base de cálculo dos impostos	(3.651)	(699.841)	(124.529)	(3)	(828.024)
Alíquota de 34%	1.241	237.946	42.340	1	281.528
Créditos fiscais não constituídos	(1.241)	(238.001)	(57.269)	(1)	(296.512)
Outros	-	(97)	-	-	(97)
Total dos impostos sobre o lucro	-	(152)	(14.929)	-	(15.081)
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(100)	(37)	-	(137)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(52)	(14.892)	-	(14.944)

	30.09.2022				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(400.790)	(384.227)	(10.719)	396.179	(399.557)
Equivalência patrimonial	395.607	-	-	(395.607)	-
Subvenção para investimentos	-	(14.540)	-	-	(14.540)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.158)	-	(1.158)
Outros	-	498	-	-	498
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(5.183)	(398.269)	(11.877)	572	(414.757)
Alíquota de 34%	1.763	135.411	4.038	(195)	141.017
Créditos fiscais não constituídos	(1.763)	(135.416)	(4.076)	195	(141.060)
Outros	-	(1.190)	-	-	(1.190)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.195)	(38)	-	(1.233)
-----	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(1.195)	(38)	-	(1.233)
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2022	Reconhecidos no resultado	Variação cambial	Outros	Saldos em 30.09.2023
Ativo:					
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	185	-	-	(95)	90
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.124	(14.892)	(1.232)	-	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----	-----
	34.997	(14.892)	(1.232)	(95)	18.778
Imposto diferido passivo:					
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(120.556)	(52)	-	-	(120.608)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(2.911)	-	-	1.496	(1.415)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(88.470)	(14.944)	(1.232)	1.401	(103.245)
	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	18.214	(14.892)	(1.232)	(95)	1.995
Total do passivo não circulante (soma de p)	(106.684)	(52)	-	1.496	(105.240)
	=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía R\$139.873 em prejuízos fiscais (R\$136.222 em 31 de dezembro de 2022) e R\$139.873 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$136.222 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2023	3.766	-	3.766
A partir de 2025	13.107	-	13.107
	-----	-----	-----
	16.873	-	16.873
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de setembro de 2023, a controlada CSA possuía R\$2.010.454 em prejuízos fiscais (R\$1.681.347 em 31 de dezembro de 2022) e R\$2.016.880 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.687.728 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2023, a controlada indireta AMMO possuía R\$559.965 em prejuízos fiscais (R\$467.095 em 31 de dezembro de 2022) e R\$559.994 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$467.124 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo	Imóvel	Imóveis		
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	para renda Acreúna (9.3)	para valorização Montes Claros (9.4)	Total
Valor justo	380.562	49.226	30.380	63.808	523.976
Total do custo residual	(112.118)	(1.521)	(19.144)	(36.458)	(169.241)
Mais valia apurada	268.444	47.705	11.236	27.350	354.735
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.271	16.220	3.820	9.297	120.608
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SGUS, possuía saldo de impostos diferidos ativos no valor de R\$16.124, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados.

Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, em 30 de junho de 2023, o saldo foi baixado (vide nota explicativa nº8.b às demonstrações contábeis intermediárias). O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2023 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2023, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.292.328 em prejuízos fiscais (R\$1.326.905 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	15.448	14.225
Imposto de renda e contribuição social antecipados	17.775	18.174
PIS e COFINS a recuperar	-	14.964
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	3.137	2.520
IPTU a compensar	4.988	7.331
Outros impostos a recuperar	2.494	594
	-----	-----
	43.842	57.808
Circulante	(26.733)	(39.892)
	-----	-----
Não circulante	17.109	17.916
	=====	=====

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Parcelamentos Estaduais	90.198	62.695
Parcelamentos Federais	254.892	199.248
Outros parcelamentos	8.612	12.265
(-) Créditos a compensar (*)	-	(85.955)
	-----	-----
	353.702	188.253
Circulante	(90.533)	(94.795)
	-----	-----
Não circulante	263.169	93.458
	=====	=====

(*) Refere-se a direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Devido a atual situação financeira da controlada CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em 30 de Junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024			2026 a 2030	Total
	2023	Curto prazo	Longo prazo		
Parcelamentos Estaduais	9.702	17.094	5.003	19.210	39.189
Parcelamentos Federais	20.041	38.899	12.801	51.013	132.138
Outros parcelamentos	3.275	1.522	507	2.029	1.279
Total a pagar	33.018	57.515	18.311	72.252	353.702

A controlada CSA possui parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas cujas perdas foram estimadas como possíveis, no valor de R\$41.035, R\$47.633 e R\$2.631, respectivamente (R\$41.153, R\$41.567 e R\$1.779 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (ii) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (iii) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (iv) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (v) ICMS deferido sobre importações (R\$1.612); (vi) ICMS obrigações acessórias (R\$705); (vii) Notas fiscais não reconhecidas (R\$1.448); e (viii) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – COFURH (R\$1.301). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Tributários	6.687	4.524
Trabalhistas	14.653	11.064
Cíveis e outras	5.509	5.213
Total	26.849	20.801
Depósitos judiciais	17.841	13.216

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2022	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2023
Tributários	4.524	2.312	(149)	-	6.687
Trabalhistas	11.064	5.210	(1.150)	(471)	14.653
Cíveis e outras	5.213	1.053	(133)	(624)	5.509
	-----	-----	-----	-----	-----
	20.801	8.575	(1.432)	(1.095)	26.849
	=====	=====	=====	=====	=====
	Saldos em 31.12.2021	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2022
Tributários	113	2.544	(44)	-	2.613
Trabalhistas	9.076	1.209	(491)	(320)	9.474
Cíveis e outras	4.587	443	(511)	(468)	4.051
	-----	-----	-----	-----	-----
	13.776	4.196	(1.046)	(788)	16.138
	=====	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2023 e 2022:

	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	766	1.217
Custo dos juros, líquido	3.820	2.239
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.586	3.456
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração deferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Provisão para plano de pensão	123.247	123.746
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.824	1.639
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	125.071	125.385
Circulante (a)	(10.369)	(10.804)
	-----	-----
Não circulante	114.702	114.581
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2022 e 30 de setembro de 2023.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 28.d às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Controladora:				
Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial	-	-	45.920	36.003
-----	-----	-----	-----	-----
-	-	45.920	36.003	
=====	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas				
– em Recuperação Judicial	233.442	152.093	-	-
Coteminas International Ltd.	5.710	5.717	-	-
Sucursal Argentina	18	24	-	-
Santanense Argentina	14	28	-	-
Companhia Tecidos Santanense – em Recuperação				
Judicial	22.871	20.467	-	-
-----	-----	-----	-----	-----
262.055	178.329	-	-	
=====	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receita (despesa)				
	30.09.2023	30.09.2022		
Controladora:				
Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial	-	(1.301)		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas				
– em Recuperação Judicial	(26)	(2)		
Companhia Tecidos Santanense – em Recuperação				
Judicial	(37)	-		
-----	-----	-----		
(63)	(1.303)			
=====	=====	=====		

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	30.09.2023	30.09.2022
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas		
– em Recuperação Judicial	28.415	17.039
Companhia Tecidos Santanense – em Recuperação Judicial	3.143	1.143
Coteminas International Ltd.	(10)	(35)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em Recuperação Judicial	(19)	(12)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(13)	(3)
Wembley S.A.	-	100
Seda S.A.	299	-
Parigi Imobiliária S.A.	(64)	-
-----	-----	-----
	31.751	18.232
=====	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% a.a. (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 30 de setembro de 2023, o valor de R\$734 estava contabilizado na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$2.935 em 31 de dezembro de 2022), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No período de nove meses de 2023, foi apropriado o valor de R\$2.202 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$2.202 no mesmo período de 2022).

No período de nove meses de 2023, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense – em Recuperação Judicial (“CTS”), empresa ligada, no valor de R\$8.329 (R\$95.827 no mesmo período de 2022). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Controladora CTNM e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. No período de nove meses de 2023, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$4.298 (R\$4.021 no mesmo período de 2022).

Em 30 de setembro de 2023, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$21.956 (R\$22.749 em 31 de dezembro de 2022), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Conselheiros	(877)	(928)	(1.872)	(1.456)
Diretores estatutários	-	-	(2.019)	(1.781)
Outros diretores	-	-	(7.782)	(8.033)
	-----	-----	-----	-----
	(877)	(928)	(11.673)	(11.270)
	=====	=====	=====	=====

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	9	42	74.999	225.444
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	22.712	23.531
Duplicatas a receber	-	-	131.261	163.267
Outros créditos a receber	993	986	19.598	19.706
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	1.925	8.131	10.395
Valores a receber – clientes	-	-	4.604	16.135
Partes relacionadas	-	-	262.055	178.329
Depósitos judiciais	-	-	17.841	13.216
Outros	-	-	25.569	50.638
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	4.779	10.405	348.752	640.395
Debêntures (c)	-	-	364.492	17.763
Fornecedores	160	3	273.094	272.960
Concessões governamentais (c)	-	-	212.195	56.253
Outras contas a pagar	-	-	51.249	73.768
Empréstimos e financiamentos (nc)	5.566	9.143	389.282	56.540
Debêntures (nc)	-	-	-	320.757
Partes relacionadas	45.920	36.003	-	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	23.306	38.264
Outras obrigações	-	-	15.369	22.487

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.09.2023				Variação cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	80.468	5.623.408	-	-	(1.480)
LAT Capital	20.476	-	4.089	-	(790)
Têxtil Guarani	1.232	-	-	1.797.754	(51)
SGUS	213.583	-	42.652	-	(19.794)
	-----	-----	-----	-----	-----
	315.759	5.623.408	46.741	1.797.754	(22.115)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(73.028)	-	(14.583)	-	5.856
SGUS	(226.350)	-	(45.201)	-	9.472
	-----	-----	-----	-----	-----
	(299.378)	-	(59.784)	-	15.328
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	16.381	5.623.408	(13.043)	1.797.754	(6.787)
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2023	31.12.2022
Duplicatas a receber	18.746	16.572
Fornecedores	(6.885)	(7.061)
Empréstimos e financiamentos	(67.300)	(75.194)
Partes relacionadas	(734)	(755)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(56.173)	(66.438)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(11.218)	(12.733)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2023 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2023	Alta do Dólar	2.222	92	2.897	5.702
2024	Alta do Dólar	(13.440)	(1.821)	(19.101)	(36.382)
		-----	-----	-----	-----
		(11.218)	(1.729)	(16.204)	(30.680)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. No período de nove meses de 2022, a Companhia registrou um ganho de R\$10.226.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	163.456

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.09.2023			31.12.2022
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	162.335
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	49.423
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	70.000	5.371	(217)	75.154	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	103.031	7.906	-	110.937	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029	75.600	5.801	-	81.401	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	95.857	7.355	-	103.212	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	51.656	3.963	-	55.619	-
(referência à nota explicativa nº 13)				426.323	375.214
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.751	400	-	7.151	6.690
(referência à nota explicativa nº 13)				7.151	6.690
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	3.786	171	-	3.957	5.351
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	271	-	2.362	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	141	-	2.232	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	141	-	2.232	2.955
(referência à nota explicativa nº 13)				10.783	14.216

Descrição	30.09.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	4.936	142	-	5.078	7.643
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	1.173	-	27.557	30.463
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	3.055
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	379	-	11.123	-
(referência à nota explicativa nº 13)				43.758	41.161
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.073	69	-	3.142	4.916
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.339	74	-	3.413	5.342
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	3.209	82	-	3.291	4.482
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.135	92	-	4.227	6.538
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	5.310	117	-	5.427	8.496
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.042	90	-	4.132	6.467
(referência à nota explicativa nº 13)				23.632	36.241
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	4.000	121	-	4.121	8.248
(referência à nota explicativa nº 13)				4.121	8.248

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.09.2023			31.12.2022
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 10,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2023	1.046	124	-	1.170	14.216
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	2.497
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	3.810	152	-	3.962	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	5.043
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.076
(referência à nota explicativa nº 13)				5.132	37.157
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2023	14.600	2.530	-	17.130	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: 168,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2024	20.503	872	-	21.375	-
(referência à nota explicativa nº 13)				38.505	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	-	-	-	-	10.167
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	4.444	235	-	4.679	6.492
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	4.091
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	18.800	2.549	-	21.349	-

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.09.2023			31.12.2022
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (referência à nota explicativa nº 13)	4.200	509	-	4.709	- ----- 30.737 20.750 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023 (referência à nota explicativa nº 13)	-	-	-	-	5.597 ----- - 5.597 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: outubro/2023 (referência à nota explicativa nº 13)	149	2	-	151	566 ----- 151 566 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	-	-	-	-	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023 (referência à nota explicativa nº 13)	26.600	1.166	-	27.766	- ----- 27.766 1.031 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: outubro/2025	5.591	273	-	5.864	6.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	3.158	228	-	3.386	4.467
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023 (referência à nota explicativa nº 13)	-	-	-	-	505 ----- 9.250 11.925 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027 (referência à nota explicativa nº 13)	10.000	599	-	10.599	- ----- 10.599 - -----

Descrição	30.09.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7%					
Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios					
Vencimento: setembro/2025	3.150	-	-	3.150	-
(referência à nota explicativa nº 13)				3.150	-
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,25% a.a.					
Contraparte: Diversos debenturistas					
Vencimento: julho/2031	125.333	21.477	(2.082)	144.728	152.475
(referência à nota explicativa nº 14)				144.728	152.475
	723.510	64.575	(2.299)	785.786	726.244
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2023, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2023	Alta da taxa	753.818	28.091	33.307	38.968
2024	Alta da taxa	541.198	71.458	74.531	86.430
2025	Alta da taxa	422.992	62.531	63.164	73.547
2026	Alta da taxa	312.637	45.162	48.601	56.761
2027	Alta da taxa	224.918	31.793	35.845	41.986
2028	Alta da taxa	150.072	21.216	24.420	28.566
2029	Alta da taxa	81.107	11.353	12.756	14.781
2030	Alta da taxa	28.439	2.755	2.765	3.002
2031	Alta da taxa	5.333	409	396	421
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 30 de setembro de 2023, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	738.034	696.935
Debêntures	364.492	338.520
Caixa e equivalentes de caixa	(74.999)	(225.444)
Títulos e valores mobiliários	(30.843)	(33.926)
-----	-----	-----
Total da dívida líquida	996.684	776.085
-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(469.245)	378.671
-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	527.439	1.154.756
=====	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e

que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.09.2023			
	(*) Outros não alocáveis			
	Atacado	Varejo		Total
Receita operacional líquida	246,8	258,2	-	505,0
Custo dos produtos vendidos	(190,9)	(127,3)	-	(318,2)
Custo de ociosidade e outros	(178,9)	-	-	(178,9)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	(123,0)	130,9	-	7,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(109,6)	(166,3)	(11,5)	(287,4)
Provisão para reestruturação	(47,7)	-	-	(47,7)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-	(62,6)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107,6)	(107,6)
Outros	(52,7)	(6,1)	(4,6)	(63,4)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	(395,6)	(41,5)	(123,7)	(560,8)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(62,2)	(192,4)	(254,6)
Variação cambial	-	-	(10,6)	(10,6)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	(395,6)	(103,7)	(326,7)	(826,0)
Depreciação e amortização	44,7	22,5	3,0	70,2
=====	=====	=====	=====	=====
	30.09.2022			
	(*) Outros não alocáveis			
	Atacado	Varejo		Total
Receita operacional líquida	721,4	273,8	-	995,2
Custo dos produtos vendidos	(578,4)	(140,4)	-	(718,8)
Custo de ociosidade e outros	(76,6)	-	-	(76,6)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	66,4	133,4	-	199,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(175,0)	(152,6)	(13,2)	(340,8)
Outros	(2,5)	2,5	1,7	1,7
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	(111,1)	(16,7)	(11,5)	(139,3)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(24,0)	(218,3)	(242,3)
Variação cambial	-	(0,2)	(17,8)	(18,0)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	(111,1)	(40,9)	(247,6)	(399,6)
Depreciação e amortização	49,0	21,1	3,5	73,6
=====	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	237,6	561,3
Produtos intermediários	9,2	160,1
Varejo	258,2	273,8
	-----	-----
	505,0	995,2
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	3,9	11,4
Produtos intermediários	1,1	9,9
	-----	-----
	5,0	21,3
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 30 de setembro de 2023.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	649.206	1.335.709
Deduções das receitas	(144.238)	(340.517)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	504.968	995.192
	=====	=====

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(371.067)	(749.466)
Benefícios a empregados	(233.140)	(261.331)
INSS	(31.257)	(24.865)
Depreciação e amortização	(70.232)	(73.596)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(78.664)	(27.009)
	-----	-----
Total por natureza	(784.360)	(1.136.267)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Custo dos produtos vendidos	(318.230)	(718.792)
Custo de ociosidade e outros	(178.905)	(76.649)
Vendas	(180.687)	(228.477)
Gerais e administrativas	(94.865)	(101.079)
Honorários da administração	(11.673)	(11.270)
Total por função	(784.360)	(1.136.267)

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2023	30.09.2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(841.119)	(400.790)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(16,8224)	(8,0158)

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada CSA a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$42.929, e seriam pagos em até 12 parcelas. Em 30 de setembro de 2023, estes custos correspondem a aproximadamente R\$47.685.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$81,7 milhões foram incluídos na Recuperação Judicial. Em 30 de setembro de 2023, estão provisionados R\$22.139 na rubrica "Provisão para reestruturação" no passivo circulante que era o valor correspondente aos 1.709 funcionários.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhistas após Setembro de 2023 até Maio de 2024, a controlada CSA complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 65,3 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão

refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em “Propriedades para Investimento”.

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 25 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$2.352 e R\$4.550 respectivamente, já reconhecidas nestas informações trimestrais (vide notas explicativas nº 10 e nº 12).

b) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco ABC – Em dezembro de 2023, a controlada CSA realizou acordo extrajudicial, repactuando dívidas no montante de R\$20.695, considerando taxa de juros anual de 3,9% a 6,3% + CDI e 155% CDI e vencimento até janeiro de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) hipoteca de imóveis da controlada CSA e da CTS; (ii) garantia fiduciária; (iii) terceiro garantidor CTS e; (iv) avais e coobrigado.

Banco do Brasil – Em março de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$449.849, considerando taxa de juros anual de 100% CDI e vencimento para dezembro de 2033. A amortização mensal dos juros a partir de 2026 e do principal a partir de 2029. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$49.815, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador e da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Safra – Em março de 2024, a controlada CSA realizou acordo extrajudicial, repactuando dívidas no montante de R\$3.610, considerando taxa anual de 6,2% + CDI e vencimento até fevereiro de 2029. A amortização do principal a partir de abril de 2025. O empréstimo é garantido por aval.

Banco Luso Brasileiro - Em março de 2024, a controlada CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$19.114, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Banco Sofisa - Em março de 2024, a controlada CSA entregou imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco no valor de R\$27.871. Nesta operação houve um ganho de R\$25.848, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Banco Bradesco - Em março de 2024, a controladora CTNM realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma:

- a) Justiça do Trabalho de Blumenau no montante total de R\$11.257, recebimento em 20 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC (taxa básica de juros da economia) para abatimento de dívidas trabalhistas da controlada CSA no Município.
- b) Banco Bradesco no montante total de R\$1.965, recebimento em 4 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da Companhia com a FINEP (operação afiançada pelo Banco Bradesco).

c) controlada CSA no montante total de R\$8.756, recebimento em 16 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC. Os valores a receber pela controlada CSA serão destinados a um fundo de reservas para quitação do empréstimo da SGPSA com a FINEP.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (R\$ 21.631 em empréstimos da controlada CSA).

Banco Fibra – Em junho de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 21.599, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador e da controladora CTNM (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nestas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de Setembro de 2023.

c) Debentures - AMMO

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada CSA notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO e a controlada CSA, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não

haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplênci a ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

d) Outros eventos subsequentes

- Investimento em coligada na AMMO - Em Outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou aporte de capital na coligada A111 Tecnologia S.A. com ativos do imobilizado no valor de R\$ 334 e propriedade intelectual no valor de R\$6.905. Na operação, foi apurado um ganho de participação no montante de R\$6.603.

A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

- Venda imóvel Vinhedo – Em Outubro de 2023, a controladora CTNM alienou o referido imóvel para a controlada CSA, pelo valor justo contabilizado de R\$63.800, através de saldos de mútuos entre as empresas.

- Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

* * * * *



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2023, emitido nesta data.

São Paulo, 04 de setembro de 2024.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 04 de setembro de 2024.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores